
AUDIÊNCIA PÚBLICA 03FEV2011

Pauta: Debate sobre o PLE nº 053/10

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): (18h29min) Boa-noite, senhoras e senhores.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Eu gostaria que vocês me escutassem. Em primeiro lugar, todos vocês são muito bem-vindos. A Câmara de Vereadores quer organizar e viabilizar um bom debate, um debate de escuta, mas não será possível enquanto alguém estiver falando ou houver buzinas e apitos.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, não é um problema de quem é a favor ou de quem é contra: é uma questão de democracia.

A segunda questão: nós vamos colocar pessoas até o limite da capacidade do Plenário; mais do que o limite prejudica todos. E não adianta, pois não é uma questão de medição de forças: é uma questão de diálogo. Nós estamos com a capacidade esgotada, colocamos um telão, e eu quero pedir a compreensão de quem entrou aqui. A partir da capacidade esgotada, se saírem alguns, entram outros. Não precisamos medir forças, aqui não tem votação de crachá. As pessoas poderão acompanhar pelo telão. Então, eu gostaria de pedir, muitíssimo, a colaboração de todos vocês, porque, aí, nós teremos uma bela Audiência, todos se ouvirão e nós poderemos construir um avanço em relação às questões em pauta.

Eu gostaria que as pessoas se acomodassem. Podemos nos manifestar ao final das falas. Na Mesa e nas falas, nós teremos a manifestação equilibrada das posições. Então, não vai haver dificuldade de diálogo; não precisa, porque não tem votação de crachá. Eu peço às pessoas que estão fora do Plenário que compreendam isto; nós colocamos um telão para viabilizar, porque nós temos limites no local, e é para a segurança e conforto de todos vocês e de todos nós.

Nós estamos esperando os Vereadores chegarem, e vamos liberar para as lideranças sentarem no Plenário, com tranquilidade. Eu vejo que a Presidente do Conselho Municipal de Saúde, a Maria Letícia, está entrando no Plenário. Eu quero que, depois, possamos ocupar as mesas dos Vereadores com as lideranças das entidades, bem acomodadas e bem-vindas.

O Sr. José Luis Espíndola Lopes, Mestre de Cerimônias, está com a palavra.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luis Espíndola Lopes): Senhoras e senhores, boa-noite. Na presença da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, Ver.^a Sofia Cavedon, damos início à audiência pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Executivo que autoriza a criação do Instituto Municipal de Estratégia da Saúde da Família em Porto Alegre.

Convidamos para compor a Mesa desta audiência pública: Sr. Carlos Henrique Casartelli, Secretário Municipal da Saúde, representando a Prefeitura Municipal de Porto Alegre; Sr. Marcelo Bosio, Secretário Municipal Adjunto da Saúde; Sr. Paulo de Argollo Mendes, Presidente do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul; Dr. Aloísio Zimmer Júnior, representante da Granpal; Sr. Claudio Augustin, representante do Conselho Estadual da Saúde; Sr. Derocy Cirillo da Silva, Procurador da República; Sra. Maria Letícia Garcia, Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde.

Passamos à leitura do Edital (Lê.): “Audiência Pública com o objetivo de debater o Projeto de Lei do Executivo que autoriza a criação do Instituto Municipal de Estratégia da Saúde da Família em Porto Alegre. A Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 103 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, e a Requerimento do Fórum de Entidades em Defesa do SUS, comunica à comunidade porto-alegrense a realização de Audiência Pública, dia 3 de fevereiro de 2011, às 18h30min, no Plenário Otávio Rocha da Câmara Municipal de Porto Alegre, sita na Av. Loureiro da Silva, nº 255, Centro, com o objetivo de debater sobre o Projeto de Lei do Executivo nº 053/10, que autoriza a criação do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família – IMESF. Gabinete da Presidência, 4 de janeiro de 2011. Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente”.

A Exma. Sra. Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, está com a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Agora, então, boa-noite a todos! Quero agradecer muito a colaboração e o atendimento à recomendação inicial. Sei que há pessoas de pé, o que é complicado, mas vamos colaborar, todos, para termos uma boa reunião. Estamos, na medida do possível, acomodando as pessoas nas cadeiras aqui na frente.

Como é praxe, a nossa audiência pública inicia com a fala de quem solicitou a audiência. E nós construímos tempos iguais para a primeira Mesa de abertura dos debates: as entidades que solicitaram a audiência falarão por 20 minutos, e o Governo Municipal, autor do projeto, por outros 20 minutos. Eles dividirão o tempo, ambos, depois passaremos à fala aos cidadãos presentes. A nossa proposta, construída na Mesa Diretora, é de que façamos 16 inscrições e trabalharemos com o tempo de três minutos para cada uma. Procuraremos equilibrar as manifestações com posicionamentos contrários e a favor, portanto equilibrando meio a meio essas inscrições. Também combinamos – quero informá-los – que a manifestação dos Vereadores será depois da manifestação das entidades, e que, por acordo de Mesa e Lideranças, será uma manifestação apenas por Bancada para que não haja dúvida: “Ah, o meu Vereador, ou, aquele Vereador não quis falar”. Não. Nós construímos uma intervenção racional para nós termos um tempo bem compartilhado. Então – se quiserem, claro -, as onze Bancadas que compõem a Câmara de Vereadores farão a sua intervenção após a fala, pelo menos a primeira fala do grupo de entidades. Então, a partir deste momento os cidadãos aqui presentes podem fazer a sua inscrição para intervenção.

Diretor Legislativo, Luiz Afonso, onde estaremos para colher as inscrições? Quem for se inscrever vai pedir licença para passar aqui, e aqui à esquerda a nossa Diretoria Legislativa fará a inscrição e vai equilibrar o posicionamento favorável e contrário ao Projeto em tramitação na Câmara.

Eu queria dizer a vocês que ainda tem muito burburinho, vai ficar cansativo para todos. Vamos tentar nos concentrar, por favor! O som está reverberando esta é a minha sensação; um pouquinho mais baixo, por favor!

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luis Espíndola Lopes): Sra. Presidente, convidamos ainda para compor a Mesa dos trabalhos o Sr. Luiz Carlos Ziomkowski, Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Neste momento, teremos a intervenção de quem solicitou a audiência pública. São quatro falas de cinco minutos, no total de 20 minutos.

O Sr. Derocy Cirillo da Silva, Procurador da República, está com a palavra.

O SR. DEROCY CIRILLO DA SILVA: Boa-tarde a todos. Sou Procurador da República aposentado, é importante dizer isso. Essa minha aposentadoria permite que eu me dedique, em tempo integral, ao Sistema Único de Saúde.

Sou um defensor intransigente do Sistema Único de Saúde, como serviço público estruturado com uma atividade direta do Estado, do Município, da União e comprometido com os ideais da Constituição Federal relativamente ao Sistema Único de Saúde.

Quando veio o Anteprojeto de Lei para criar o IMESF, aqui em Porto Alegre, eu fui examiná-lo e me debrucei em alguns dispositivos legais para verificar se era uma estrutura que viria para ficar, se era uma estrutura que efetivamente correspondia às ideias legais ou às ideias do ordenamento jurídico brasileiro. E fui, inicialmente, à Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, sendo que ali deparei, no art. 33, com uma regra que diz que o regime jurídico dos servidores municipais, inclusive fundações por ele instituídas, deve ser um Regime Jurídico Único, estatutário, observando as regras da Constituição e da própria Lei Orgânica. Aí já encontrei uma dificuldade para afirmar, ou para corroborar, ou para ratificar a ideia de que o Regime poderia ser celetista. Mas fui além, pode ser que a Lei Orgânica tivesse alguma abertura maior ou excludente da área do Sistema Único de Saúde, e deparei com o art. 160, § 4º, da mesma Lei, que diz o seguinte (Lê.): “A instalação de quaisquer novos serviços públicos de saúde deve ser discutida e aprovada no âmbito do Sistema Único de Saúde e do Conselho Municipal de Saúde”. Aí fui ao Conselho e deparei com uma Moção do Conselho – que não é só do Conselho Municipal de Saúde, mas é do Conselho Estadual e do Conselho Nacional de Saúde – contrária à institucionalização da Fundação. E fui mais, porque poderia a Lei Orgânica, eventualmente, estar em desacordo com regras do Código Civil Brasileiro. Fui

pág. 4

lá, e o Código Civil Brasileiro, no art. 62, parágrafo único, diz que fundação somente pode ser instituída para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência. E, meus caros, o conceito de assistência é aquele que está dentro da Constituição Federal, que, junto com a Saúde e com a Previdência, geram aquilo que se chama seguridade social – que está dentro de um capítulo maior na Constituição. Muito bem, fui adiante, para verificar se a Lei Municipal eventualmente poderia estar em confronto ou contrastando com a Constituição Federal, e nela deparei com o art. 37, inc. XIX, que coloca a necessidade de uma lei específica para constituir fundações, e que cabe uma lei complementar que eventualmente pudesse definir as áreas de atuação dessa fundação instituída pela Administração Pública. Fui procurar nos Anais do Congresso Nacional e lá deparei com um Anteprojeto de Lei Complementar, que até agora não foi aprovado.

Ora, a primeira conclusão: não há apoio na Lei Orgânica Municipal, não há apoio no Código Civil e não há apoio na Constituição Federal para a institucionalização de uma fundação tal como proposta no Anteprojeto. Mas vou mais, tenho 15 segundos e neles eu só quero dizer aos senhores o seguinte: na Constituição Federal, no seu art. 39, está expresso que o regime jurídico há de ser sempre o estatutário, mesmo dentro das fundações. O que eu quero dizer aos senhores? Que não há suporte legal, constitucional e institucional para que a Fundação se viabilize.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luis Espíndola Lopes): Sra. Presidente, compõe também a Mesa dos trabalhos o senhor representante do Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Sul, o Procurador do Trabalho Noedi Rodrigues da Silva. Prestigiam esta audiência pública os Vereadores Adeli Sell, Airto Ferronato, Alceu Brasinha, Bernardino Vendruscolo, Carlos Todeschini, Dr. Raul Torelly, Dr. Thiago Duarte, Elias Vidal, Engenheiro Comassetto, Fernanda Melchionna, João Antonio Dib, Luciano Marcantônio, Maria Celeste, Mario Fraga, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Nelcir Tessaro, Pedro Ruas, Sebastião Melo, Toni Proença e Maristela Maffei, e os Secretários Municipais da Administração...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, enquanto alguém estiver na tribuna, eu quero pedir que parem de falar. Eu não quero nominar pessoas, eu quero pedir que se manifestem ao final da fala do orador. Por favor, gente! Eu vou pedir ao nosso mestre de cerimônias que repita o nome dos Vereadores presentes, porque foi impossível escutarmos.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luis Espíndola Lopes): Pois não. Prestigiam, então, os Srs. Vereadores: Adeli Sell, Aírto Ferronato, Alceu Brasinha, Bernardino Vendruscolo, Carlos Todeschini, Dr. Raul Torelly, Dr. Thiago Duarte, Elias Vidal, Engenheiro Comassetto, Fernanda Melchionna, João Antonio Dib, Luciano Marcantônio, Maria Celeste, Mario Fraga, Mario Manfro, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Nelcir Tessaro, Pedro Ruas, Sebastião Melo, Toni Proença e Maristela Maffei. E os Secretários Municipais da Administração, Sra. Sônia Mauriza Vaz Pinto; da Educação, Sra. Cleci Jurach; e dos Esportes, Cultura e Lazer, Edgar Meurer.

Com a palavra a Sra. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada pela compreensão.

O Dr. Paulo de Argollo Mendes está com a palavra.

O SR. PAULO DE ARGOLLO MENDES: Autoridades, companheiros, eu quero dizer, antes de tudo, que a presença de todos vocês aqui é a nossa primeira grande vitória. Esta é a primeira grande vitória de uma série, porque a Prefeitura Municipal tentou passar este Projeto às escondidas, entre o Natal e o Ano Novo, sem que vocês todos, nenhum de nós, sem que a população, sem que a comunidade sequer tomasse conhecimento! Estarmos aqui é a nossa primeira grande vitória.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PAULO DE ARGOLLO MENDES: Discutirmos esta questão que interessa a todos, porque interessa ao SUS também, é a primeira grande vitória desse movimento.

Segundo, eu gostaria de ler uma correspondência que nos foi enviada pelo Presidente da Federação Nacional dos Médicos, órgão que congrega e representa os hoje 3.300 médicos do País. Lamentavelmente, não será possível, porque o tempo é escasso, mas ele envia a todos o abraço e a solidariedade nessa luta contra a precarização na Saúde e contra as fundações.

Em terceiro lugar, quero dizer que este projeto atenta contra um dos pilares do SUS, que é o controle social. O Conselho Municipal de Saúde – aliás, aqui de Porto Alegre -, por 28 votos contra 2, derrotou a proposta de se criar uma fundação. O Conselho Estadual de Saúde e o Conselho Nacional de Saúde já se pronunciaram, reiteradas vezes também, contrários à Fundação e a qualquer tipo de precarização da Saúde e do SUS.

Quero chamar a atenção para aquilo que eles chamam de agilidade que seria propiciada por uma fundação. Agilidade significa, se traduzirmos, absoluto descontrole; é a falta de controle sobre o dinheiro de todos nós, sobre os recursos públicos. É isso que tentam, é o uso fácil, sem o controle da população e sem o controle que estabelece a legislação rígida da coisa pública, a ponto de se criar um conselho curador que pode tudo. Não só faz o estatuto, como suas alterações, a interpretação de casos omissos, e pode inclusive vender o terreno onde se encontra o posto de saúde. Neste processo de precarização, lembro o que aconteceu com a Ulbra, o que aconteceu aqui no Rio Grande do Sul com a fundação mais antiga desse tipo, que já tem dois anos, que é a Fundação de Novo Hamburgo, que faliu completamente em todos os seus objetivos e hoje está “quarteirizando” os serviços, contratou uma empresa chamada Multiclínicas para fazer o que ela, a fundação, deveria fazer e não teve competência para fazer.

Concluindo, quero lembrar a vocês o exemplo de Belo Horizonte. Nós tivemos aqui uma colega da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, trazendo o exemplo daquela cidade, onde, ao contrário dos 21% de cobertura da população que temos aqui em Porto Alegre, sem nenhuma invencionice, sem fundação, sem tirar coelho da cartola, sem criar cabide de emprego, simplesmente cumprindo a lei que já existe, lá há 75% da população coberta pelo Programa de Saúde da Família. É simples, é fácil, não precisa inventar nada. Basta que o Poder Público cumpra a lei que já existe, basta que cumpra as promessas que fez o então candidato Fogaça durante a sua campanha. Se cumprisse a metade, não precisaríamos discutir aqui mais nada do SUS. Obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luis Espíndola Lopes): Sra. Presidente, também prestigiam esta assembleia o Sr. Procurador-Geral do Município, João Batista ...

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Toda vez que vocês interromperem o orador, nós vamos parar a Audiência. Não há por que haver provocação entre vocês. Vamos acalmar os ânimos.

Eu quero fazer uma solicitação ao pessoal que está com a faixa. Não vai fazer diferença uma faixa aqui na frente ou ao fundo. Deste lado, o pessoal colaborou, levantando a faixa na hora da manifestação. Já que está tão polêmico, por favor, levem a faixa até o fundo e a deixem bem alta. Quero pedir a colaboração de que a coloquem lá na parede, ao fundo, bem alta, bem bonita. Pode ser? Turma aqui da frente, pode ser? Porque dificulta para o pessoal que está sentado e não está enxergando. Pessoal, não será no grito!

Cidadão, por favor, estou pedindo que ou vocês baixem a faixa, ou a coloquem lá no fundo, que vai ficar superbonita, bem no alto. Mas não vamos perder mais tempo com polêmica de colocação de faixas. Obrigada.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luis Espíndola Lopes): Sra. Presidente, também compõem a Mesa dos trabalhos o Sr. Marcos Lobato, representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Diretor do Departamento Hospitalar e Ambulatorial da Secretaria de Estado da Saúde; o Dr. João Batista Linck Figueira, Procurador-Geral do Município; a ex-Deputada Federal Luciana Genro, e o Sr. César Busatto, Secretário de Coordenação Política e Governança Local.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Maria Letícia de Oliveira Garcia, Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde, está com a palavra.

A SRA. MARIA LETÍCIA DE OLIVEIRA GARCIA: Sra. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, boa-noite a todos os presentes nesta audiência pública e uma

saudação do Conselho Municipal de Saúde, que, como todos sabem, é um órgão permanente e deliberativo do SUS no nosso Município. Quero agradecer a todos os usuários e entidades que formam o Fórum em Defesa do SUS, sem os quais e sem cuja mobilização e organização nós não estaríamos vivendo o momento que estamos vivendo hoje. Num segundo momento, quero agradecer à Presidente da Câmara, Sofia Cavedon, por ter acolhido a manifestação das entidades no sentido de estar possibilitando a realização desta audiência pública.

O Conselho Municipal de Saúde gostaria de trazer algumas considerações. No ano passado, o Conselho acolheu o convite do Sr. Prefeito Municipal para participar de uma discussão que tinha como objetivo fazer uma proposta definitiva para a Estratégia de Saúde da Família. Quando a proposta foi entregue ao Ministério Público, o Conselho procurou o Prefeito e entregou a ele as suas preocupações e suas considerações. Algumas delas eu pontuarei aqui aos senhores para que possamos refletir em torno delas. A primeira diz respeito ao custo. Até hoje, nenhum dos senhores, nem o Conselho de Saúde e nem os senhores Vereadores foram informados sobre o quanto esta estrutura custará ao Erário, aos cofres públicos. O Conselho, que tem como tarefa e como principal atribuição fazer o controle dos gastos públicos, fazer a fiscalização de todas as ações dos serviços públicos de saúde, inclusive dos seus aspectos financeiros, não tem conhecimento do quanto vai custar essa estrutura, e nem os senhores Vereadores. Não constam informações a esse respeito nem no Plano Municipal de Saúde, que foi entregue recentemente ao Conselho e foi aprovado por ele; não consta, me parece, no Plano Plurianual, que foi entregue a esta Casa.

A segunda consideração: o Sr. Prefeito tem dito que a criação de uma fundação será essencial para a expansão das equipes; no entanto, é bom que se diga que os recursos que serão utilizados para a expansão das equipes é o mesmo recurso que foi utilizado pela FAURGS, é o mesmo recurso que foi utilizado pelo Instituto Sollus, é o mesmo recurso que está sendo utilizado pelo Instituto de Cardiologia, recursos transferidos da União, recursos transferidos do Estado e recursos próprios do Município. Portanto, senhores, não há recurso novo. O recurso é o mesmo, e a expansão das equipes é possível, independente da criação de Fundação.

Terceiro ponto: o Projeto de Lei pretende restringir a participação da comunidade, pretende restringir a ação fiscalizatória do Conselho, como todos vocês lembram,

recentemente, o Conselho Municipal de Saúde, ao analisar as contas do Instituto Sollus, verificou o desvio de nove milhões de reais, com os quais seria possível se construir vinte equipes, no mínimo, de Estratégia de Saúde da Família para a população de Porto Alegre! Então, é isto que está em jogo aqui.

Ao longo desses anos, o Conselho tem sido parceiro, como foi, na ocupação do Pronto Atendimento do Centro de Saúde da Vila dos Comerciários, e, após isso, criamos o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul; o Conselho foi parceiro quando ocupou o Hospital Presidente Vargas para combater o projeto e o processo das organizações sociais, que pretendia transformar o Hospital Presidente Vargas e Hospital Conceição em organizações sociais.

Então, é assim que o Conselho tem-se posicionado, o Conselho é parceiro, sim, e será parceiro na proposta de construir uma Saúde pública de qualidade para todos os porto-alegrenses. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Claudio Augustin, do Conselho Estadual de Saúde, está com a palavra.

O SR. CLAUDIO AUGUSTIN: Boa-noite a todos, o Conselho Estadual de Saúde fala hoje, aqui, com bastante responsabilidade e orgulho, que nós tivemos uma participação efetiva para que esta audiência pública existisse, porque se deixasse na vontade da Prefeitura, este projeto já estaria transformado em lei.

E, se transformado em Lei, vai ser bom para quem? Esta pergunta não está respondida. Nós defendemos o princípio que o povo brasileiro lutou para por na Constituição: que Saúde é direito de todos e dever do Estado.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. CLAUDIO AUGUSTIN: No momento em que a Prefeitura de Porto Alegre, a exemplo de outras Prefeituras, encaminha um projeto de lei ao Poder Legislativo, e quer votar de afogadilho, não nos parece uma questão boa, porque está se tratando da principal questão colocada pelo povo do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, que é a Saúde Pública, ou melhor, a falta de Saúde Pública. Este é o momento decisivo para os

rumos da Saúde Pública de Porto Alegre. Se este Projeto resolvesse a questão da Saúde, todos nós estaríamos aqui defendendo o Projeto. Mas ele não faz isso, o que ele faz é o inverso disso. Se há profissionais que não trabalham, ou trabalham de forma equivocada, ou não atendem as suas obrigações de forma correta, eles têm toda a legislação para serem devidamente punidos e demitidos. Portanto, não é isso que está em discussão. Isso é um problema de gestão, isso é responsabilidade do Prefeito, do Secretário Municipal da Saúde, e não dos funcionários da área da Saúde. Hoje, nós estamos vivendo um momento importante da história do Sistema Único de Saúde, essa é uma questão que o Brasil está discutindo. Nós conseguimos construir o maior sistema de saúde do mundo, com vários problemas, e entre esses problemas nós temos a questão do financiamento, a questão da gestão, entre outros. Como a União gasta pouco, e o Estado do Rio Grande do Sul é o que menos gasta de todos os Estados do Brasil na área da Saúde, nós estamos vivendo um problema sério no Rio Grande do Sul. Os Municípios estão sobrecarregados, e com a desculpa de não ter recursos, o que fazem? Precarizam as relações de trabalho, ou seja, terceirizam os serviços da Saúde. Quem perde com isso? É a população que não tem atendimento. Com isso, o que acontece? Os Ministérios Públicos, e muitas ações, obrigaram os Prefeitos a regularizarem a situação. Qual é a saída que eles estão encontrando? É a criação da Fundação. Por que isso? Porque é melhor? Não. Por que é legal? Não! O Derocy mostrou e pediu a base legal para a solução. Não existe! Mas vamos ver. Ela é mais barata do que a Administração Direta, através de concurso e de cargo público? Também não. Não está demonstrado isso. E nós estamos pedindo que a Prefeitura demonstre esses números. E não demonstraram, porque não têm esses números. O que está acontecendo, de fato, é uma tentativa de o Poder Público Municipal se desresponsabilizar do seu dever de prestar saúde à população. Essa é a grande questão. A frase com que eu comecei foi “saúde é um direito de todos”, e as Prefeituras querem que seja diferente no seu final: “saúde é um direito do povo, mas o dever é da Fundação”. Ou seja, de ninguém, por que o povo não vai ter nem para quem reclamar a falta de atendimento. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Carlos Henrique Casartelli está com a palavra, e em continuidade, o Sr. Aloísio Zimmer Júnior, pelo tempo de 20 minutos, em representação do Governo Municipal.

(Manifestações nas galerias)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada. Só vou pedir que as manifestações, que podem ser fortes, vivas, mas que respeitem o orador. Obrigada.

O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI: Boa-noite a todos, queria cumprimentar a Presidente da Câmara, Ver.^a Sofia Cavedon, e, através dela, cumprimentar as demais autoridades da Mesa, os Srs. Vereadores e todo o Plenário, independentemente da sua posição favorável ou contrária à Fundação. A Prefeitura de Porto Alegre está aqui hoje para defender a criação da Fundação Pública de Direito Privado de Porto Alegre, porque acreditamos que essa seja, provavelmente, uma das últimas possibilidades que nós temos de manter o SUS dentro da ordem do Poder Público. Nós temos convicção disso e temos certeza de que essa é a maneira de evitar que as OSs e as OSCIPs tomem conta do Sistema Único de Saúde. Não temos...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI: Não temos nenhuma dúvida da constitucionalidade da nossa proposta. A Prefeitura de Porto Alegre está aqui representada, hoje, por seus técnicos, disposta a realizar uma discussão técnica do Projeto, de modo a aprofundar o entendimento da população sobre o assunto e dos nossos Vereadores que têm a responsabilidade de deliberar nesta Casa. Em vista disso, em reunião, hoje pela manhã, com os Prefeitos de Porto Alegre, Canoas, Novo Hamburgo, Esteio e São Leopoldo, reconhecendo que isso não interessa apenas ao Município de Porto Alegre, que essa decisão não interessa apenas ao Município de Porto Alegre, ficou definido que o representante da Associação dos Municípios da Região Metropolitana da Grande Porto Alegre – Granpal, fará a defesa técnica do Projeto através do Dr. Aloísio Zimmer Júnior. Antes de passar a palavra para o Dr. Aloísio, eu quero dizer que nós recebemos diversos apoios nos últimos dias, entre eles do COP, Conselho do Orçamento Participativo; do Conselho Regional de Medicina...

(Manifestação nas galerias.)

O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI: ... do Conselho Regional de Medicina, que representa 25 mil médicos; da Associação Gaúcha dos Médicos de Família, da Sociedade Gaúcha de Pediatria, que reviu a sua posição; da Famurs, da Assedisa e da própria Granpal. A partir daqui eu vou deixar a defesa técnica para o Dr. Aloísio.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Continuamos aguardando silêncio.

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: Boa-noite a todos; à Presidente Sofia Cavedon, aos Vereadores, à nossa assistência tão qualificada; tenham certeza de que é uma alegria muito grande estar aqui. Sei que alguns, talvez, tenham um pensamento diferente do meu, mas eu tenho certeza que, pela intensidade da participação de todos, isso demonstra que todos até mereceriam ter a oportunidade de estar aqui e fazer esta fala, mas a democracia também tem seus filtros, seus rituais, e eu estou aqui, humildemente, para fazer uma dessas falas.

Foi muito inteligente, perspicaz e correta a Câmara de Vereadores de Porto Alegre – com certeza, também em função da pressão da população – em ter dado o tempo adequado para uma reflexão em relação a este projeto. O debate hoje, aqui, é técnico por um momento, porque, logo depois, vamos ter que fazer o debate que é verdadeiro, que é o debate político. O debate jurídico, às vezes, é utilizado como uma cortina de fumaça para excluir as pessoas da discussão, para que nós possamos, então, não trabalhar com a verdade, e assim eu fico com argumentos que são irrespondíveis. Então, eu estou aqui para dizer que esse debate não é jurídico, e vou lhes dar segurança disso, estou preparado; depois, é claro, eu vou me retirar, porque nós vamos ter que discutir aqui a Saúde. É a forma de, com o mesmo recurso, que é pequeno, conseguir maior eficiência, maior produção, maior atendimento, maior compromisso com essa atividade.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, eu parei o cronômetro. Depois, nós teremos a manifestação de 16 pessoas do plenário. Então, todos poderão se manifestar. Obrigada.

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: Eu confesso que fico até um pouco constrangido de trazer o debate jurídico, na medida em que ele é, no contexto em que estamos vivendo aqui, tenho certeza, o menos importante. Mas algumas coisas jurídicas eu tenho para dizer, e a racionalidade e o compromisso com a Saúde nos fazem, inclusive, estar de coração aberto para ouvir aquilo que eu vou dizer.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: A Constituição Federal, no art. 197 e no art. 199, diz claramente o seguinte: É compromisso...

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Vou insistir com o plenário, pois a fala das entidades foi respeitada, o final das falas foi aplaudido, então agora vamos manter o mesmo procedimento democrático.

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: A Constituição Federal estabelece que é compromisso do Poder Público, diretamente, oferecer saúde à população. Quando lemos na Constituição “é compromisso do Poder Público...”, todos os que estão aqui concordam, porque o Poder Público é a soma da Administração Direta com a Indireta. Pertence ao Poder Público a Secretaria da Saúde, Administração Direta; pertence ao Poder Público a Secretaria da Educação, Administração Direta; mas também pertencem ao Poder Público autarquias, como o DMAE, empresas públicas, como a EPTC, sociedades de economia mista, como a Carris – isso também é Poder Público.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: É uma pena ver que não estão anotando o que estou dizendo, porque, se ficar muito intervalado, vão até acabar esquecendo, e aí vou repetir tudo de novo.

Coerente com essa iniciativa, o Estado do Rio Grande do Sul, o Governo Olívio Dutra criou uma Fundação pública de direito privado, a UERGS, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: Naquele momento, ninguém, nenhum de nós, ninguém mesmo apareceu para dizer que nós estávamos, ali, privatizando a Educação. A UERGS ofereceu vagas públicas, vagas no ensino público e gratuito.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, por favor, aprender a ouvir os argumentos é importante. Podemos discordar deles – depois vocês vão se manifestar -, mas não é respeitoso durante a fala do orador. Eu peço colaboração!

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Eu o entendo, companheiro. Dezesseis pessoas falarão, eu gostaria que o senhor tivesse a paciência de ouvir. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: Nessa preocupação que é de todos, de uma Saúde pública, o Município de Porto Alegre, o Município de Canoas, o Município de Novo Hamburgo e alguns outros Municípios, num movimento bonito de autocrítica, perceberam que não é adequado privatizar a Saúde – todos os que estão aqui concordam -, que não é adequado terceirizar o serviço público de Saúde – todos aqui concordam -, porque criar fundação pública de direito público ou criar fundação pública de direito privado é o Poder Público controlando a prestação do serviço público de Saúde no Município.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: Nessas ocasiões, surgem dúvidas jurídicas, inclusive daqueles que do Jurídico – vamos ser sinceros – sabem pouco. Observando os debates sobre o tema fundação, às vezes eu, pessoalmente, fico com a impressão bem clara de que alguns, a rigor, nem fizeram a leitura do Projeto, porque, quando falo em empreguismo, eu estou revelando ou uma superficialidade ou uma leviandade, ou, então, uma intenção de que o debate não ocorra. O debate aqui é o seguinte – e não importa esquerda ou direita, porque dignidade da pessoa humana não tem ideologia, é um valor que está acima dessas disputas. E, justamente, essa Fundação Pública – pública – está baseada no concurso público, só que é verdade – e ninguém aqui vai negar: o concurso não é para o provimento de cargo público, que oferece a estabilidade, que cria para o Poder Público uma dificuldade – isso é verdade – de gerenciamento desses trabalhadores, e, em especial quando estou falando dos médicos; em especial, nessa situação.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: Eu fico muito à vontade para tratar deste assunto aqui, porque sou filho de professores do Estado, aposentados, que fizeram várias greves na luta por melhores salários. Mas o baixo salário nunca foi argumento para, na hora do intervalo, na metade do expediente, encerrar as suas atividades.

O Poder Público Municipal, quando realiza concurso público para contratar empregados públicos, está oferecendo ao trabalhador dignidade. E aí não estou falando de cooperativas, não estou falando de contratação precária: estou falando de carteira de trabalho, de uma relação que se estabelece com o Estado, e mais, de um trabalhador que só poderá ser despedido com a adequada motivação.

Milhares de pessoas querem ter a oportunidade de disputar, democraticamente, pelo concurso público, essa carteira de trabalho tão valorizada que eu posso ter numa Fundação Pública de Direito Privado.

O Supremo Tribunal Federal, em mais de uma ocasião... Eu tenho os números aqui, podem anotar; anotem os que duvidam da consistência jurídica; podem anotar. O

Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário nº 219.900, diz o quê? Eu reconheço a existência da Fundação Pública de Direito Público. Eu reconheço a Fundação Pública de Direito Privado. E, desde que se tem tentado buscar um caminho público que não é OS e não é OSCIP, é um caminho público, criando as Fundações Públicas, estranhamente aqueles que, em tese, são defensores da Saúde Pública, se opõem ao Projeto e fazem ameaças jurídicas; ameaças jurídicas. Está aqui nesta Mesa, vou mostrar.

No início deste ano, a Prefeitura de Canoas foi alvo de um Mandado de Segurança – está ele aqui, o inteiro teor – proposto pelo Simers, pelo Sindicato Médico do Rio Grande do Sul. Eu até fiquei contente – fiquei contente. Não foi proposto pelos Agentes Comunitários de Saúde; não foi proposto pelos Sindicatos que representam os trabalhadores mais humildes: foi proposto pelo Simers. Foi impetrado um Mandado de Segurança, e o Município não respondeu ainda, porque ele tem um prazo para responder. E sabem que nem vai precisar? Porque a Juíza Giovana Farenzena, Canoas, simplesmente disse o seguinte: “Olha, não vejo motivos para a liminar que pedem; não há obstáculo jurídico nenhum para a criação de uma Fundação Pública de Direito Privado; basta que se faça o concurso público, e ele ocorrerá”...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: Então, na verdade o debate jurídico já está terminando. Foi citada aqui a Lei Orgânica do Município, Professor Derocy, um grande amigo, um grande colega. Foi citada aqui a Lei Orgânica do Município, art. 33; ele fala que tem que ser estatutário. Sim, na Administração Direta, nas Autarquias e nas Fundações Públicas de Direito Público, mas o Município não quis criar uma Fundação Pública de Direito Público, porque ele não quer, e tem motivos para não querer. E todos sabem aqui os motivos para não querer: ele não quer estabelecer um vínculo estatutário com esses trabalhadores. Logo, para poder estabelecer uma relação celetista, por concurso, tem que ser empresa pública, tem que ser sociedade de economia mista ou Fundação Pública de Direito Privado. Por isso o caminho.

Isso vai estabelecer um outro pacto de relação de trabalho. Com o mesmo dinheiro? Porque perguntam: de onde virá o recurso? É o mesmo? Com o mesmo dinheiro, é

possível ter um outro patamar de horas de atendimento e de produtividade. E essa verdade pode ser dita, especialmente por mim, que na minha vida inteira tive zero voto, então quero até continuar com esse zero voto, mas dizendo, do ponto de vista jurídico, que a Juíza de Canoas, os Ministros do Supremo Tribunal Federal – e vou dizer mais –, todos os autores relevantes do Direito Administrativo do País.

Vou dizer mais: sabem onde se diz que Fundação Pública de Direito Privado não pode? Já foi dito em Canoas, já foi dito em Novo Hamburgo, agora é em Porto Alegre. Mas são sempre os mesmos atores, são sempre os mesmos rostos, que estão aqui numa defesa, que é uma defesa de corporação.

É justo que este debate ocorra, é correto que isto ocorra, mas precisamos saber que do grande número de pessoas que está aqui hoje... Eu tenho até curiosidade de fazer essa contagem para ver quantos são atendidos pelo SUS, quantos aqui não têm o seu plano de saúde. É por isso que temos que ter a certeza...

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Um instante. Aloísio, asseguro o seu tempo. Obrigada. Pessoal, o tempo está sendo controlado rigorosamente. Quem está lá atrás não está vendo o relógio que nós temos aqui na frente, porque alguns me fazem o sinal do tempo. Falta um minuto e meio para a conclusão, Dr. Aloísio. Gostaríamos que nós mantivéssemos o mesmo silêncio.

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: Nós temos que lembrar aqui sempre e termos a certeza de que isso é óbvio, que Porto Alegre não cabe aqui dentro; todas as pessoas, de todos os lugares, elas não cabem aqui, mas elas estão aqui representadas pelos seus Vereadores. Aí, sim, é uma representação que é legítima, que tem compromissos e que, em cima disso, vai pensar no interesse que é...

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: Para concluir, atenção! Toda essa discussão tem esse nível de tensionamento, e é interessante que cada trabalhador e cada Vereador

tenha reflexão disso. Boa parte desse contexto, desse debate, dessa intensidade, tem relação direta – não parece, mas tem – com o Grupo Hospitalar Conceição. O Grupo Hospitalar Conceição, pela origem, não pertence à Administração Direta, não pertence...

(Manifestação nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Senhores, eu não consigo acreditar que não é possível realizar a audiência. O Dr. Aloísio tem 17 segundos para concluir, é possível aguardarmos, escutarmos? Eu vou pedir silêncio, senão não vai ser possível.

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: No caso do Grupo Hospitalar Conceição, que não é nem da Administração Direta nem da Administração Indireta, criar lá a Fundação Pública de Direito Privado coloca esses trabalhadores em condições de instabilidade. É lá que eles não querem fundação, mas deixem fazer fundação em Porto Alegre, porque essa medida é justa, é correta...

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Por favor gente! Conclua, Sr. Aloísio.

O SR. ALOÍSIO ZIMMER JÚNIOR: Como fala final, quero apenas dar os parabéns a todos que estão aqui, no mês de fevereiro, para discutir Saúde pública no Município. Um beijo no coração de vocês. Obrigado.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luis Espíndola Lopes): Sra. Presidente, registramos as presenças dos Vereadores Elias Vidal, Aldacir José Oliboni, Nilo Santos, DJ Cassiá, Reginaldo Pujol, Paulo Marques e Professor Garcia; do Secretário Municipal de Obras e Viação, Cássio Trogildo; do Secretário do Planejamento Municipal, Márcio Bins Ely; e do Secretário do Inovapoa, Newton Braga Rosa.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Passaremos, agora, às intervenções do plenário, que serão de três minutos por pessoa; as inscrições serão alternadas, pela

ordem de inscrição, entre pessoas que apoiam o Projeto e pessoas que não o apoiam. Eu gostaria que mantivéssemos a tranquilidade para mostrar que temos, sim, como fazer participação direta da população, e que ela sabe usar bem esses espaços.

Primeiro, não vai adiantar fazer a crítica se vocês também estão batendo boca. Então, por favor!

As intervenções serão de três minutos, o cronômetro fecha no final – eu tenho segurado o tempo, para não cortar a última palavra, mas apenas por um segundo.

Sr. Mauricio Melo, da Associação de Moradores e Amigos Jardim Atilio Superti, Conselheiro do Orçamento Participativo, está com a palavra.

O SR. MAURICIO MELO: Boa-noite, Sra. Presidente; demais integrantes da Mesa, todos os presentes, estamos aqui, sim, com este plenário lotado, cada um defendendo o seu posicionamento e o seu lado. Eu venho aqui, cidadão, defender o meu lado, que é o de usuário do SUS. Está aqui a minha carteirinha, não tenho IPE, Golden Cross ou Unimed! Quero aqui falar a verdade, e a verdade é uma só: chega de a população que mais precisa chegar às cinco horas da manhã numa fila e disputar oito fichas. Chega de disputar oito fichas! Não vamos generalizar, mas tem muito médico que chega a ter de três a cinco empregos durante o dia. Não é justo o médico atender em um minuto e meio e, sem ao menos nos examinar, dizer qual é a doença e receitar paracetamol. Isso não é justo!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. MAURICIO MELO: Só o que a gente quer é que o médico seja trabalhador igual a qualquer cidadão que vai lá, que cumpre o seu horário. O que nós queremos da Prefeitura e do Instituto, Secretário, é que o médico fique das oito horas ao meio-dia e da uma e meia às cinco e meia. E que atenda à população. É isso que a gente quer! O que não dá mais é a categoria, que não quer botar o dedo – porque agora é digital -, usar outros argumentos e dizer que vai ser privatizado. Tem que ler o Projeto. Vai ser ali, o Projeto de Lei não tem nada de ser privatizado, não enganem as idosas, não enganem a população que não teve estudo. Não é nada disso! O que vai ter é um concurso público, com pessoas de qualidade e que queiram trabalhar. As pessoas que querem estar num posto

de saúde têm que ir lá para trabalhar, colocar o dedo e atender à população. É lamentável!

Eu quero dizer que, no grito, não vão ganhar. Aqui nós temos que ir para o diálogo. Aqui estão os Vereadores, aqui está a comunidade, e aqui também estamos vendo representantes de outros Municípios. Alvorada, parabéns, é isso mesmo! A Saúde de Porto Alegre, além de atender aos usuários de Porto Alegre, atende aos da Grande Porto Alegre e também do Interior. Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Mônica Leyser, do Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, está com a palavra.

A SRA. MÔNICA LEYSER: Boa-noite a todos e a todas. Reforçando o que já foi dito nesta tribuna, é com muita alegria que vejo esta plenária cheia, discutindo aquilo que afeta a todos nós, que é a nossa saúde, a saúde da nossa família.

Quero fazer um esclarecimento sobre o que é o Saúde da Família. Saúde da Família é aquele posto onde se trabalha em equipe. Não é um posto corporativo, nem é um posto onde só um médico trabalha. Lá trabalham o agente de saúde, o técnico de enfermagem, o enfermeiro e o médico. Só para clarear, esse movimento, encabeçado pelo Conselho Municipal de Saúde e pelo Fórum de Entidades em Defesa do SUS, não é um movimento corporativo. É um movimento para que toda a população de Porto Alegre tenha acesso a uma equipe que tenha o seu médico, a sua enfermeira, o seu técnico, o seu agente de saúde, para que a população possa ter a sua saúde cuidada, não só viver de doença, de remédio, de procedimento e de exame, porque Saúde da Família é isto, é promoção da saúde. É para evitar que as pessoas adoçam. Não é só o olhar médico que resolve todas as questões; é o olhar do agente comunitário, que conhece a comunidade, que conhece a família; é o olhar do técnico de enfermagem, que acolhe as pessoas na recepção; é o olhar do enfermeiro, que faz educação em saúde, e é o olhar do médico, que faz a terapêutica e que constrói o cuidado em equipe. Essa é a Saúde da Família que estamos falando.

Para que as pessoas tenham tranquilidade para trabalhar, para que a Equipe tenha tranquilidade para trabalhar, é necessário um vínculo estável para que ele possa trabalhar um ano, dois, cinco, dez anos cuidando da mesma comunidade. Por isso queremos

Regime Único, por isso queremos um projeto discutido com vocês, não só para bater o dedo-ponto na luzinha, mas para construir projetos de saúde para as comunidades. Não somos contra a expansão, somos contra a expansão desse modo, com essa máscara privatizadora que é a Fundação. Queremos um SUS inteiro, queremos um SUS multidisciplinar, queremos um SUS discutido por todos e construído de forma a atender às necessidades de saúde de vocês. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. César Ramos, da Associação de Moradores do Beco do Adelar, está com a palavra.

O SR. CÉSAR RAMOS: Boa-noite à Mesa, à Presidente desta Casa, às autoridades; boa-noite a todos do plenário. Para isto é que nós apanhamos muito; enfrentamos o regime militar para termos a liberdade que temos hoje aqui. A democracia é isto: há quem concorda e quem discorda. Bonito também é respeitar a opinião do outro, mesmo que divirja.

Bom, gente, eu sou morador de uma vila e lutei muito pela minha comunidade, onde moram seis mil pessoas, para ter hoje uma UBS e um PSF. Brigamos pelo PSF, porque a UBS não nos dava mais condições de sermos atendidos nela, ali na margem da Juca Batista. E que bom que ganhamos um PSF! Lá nós temos um médico que atende uma média de quarenta pessoas por dia, fora as visitas. Que bom que lá nós temos uma enfermeira, duas técnicas e três agentes comunitários de Saúde. Mas e aqueles que não têm? Por isso nós somos a favor deste Projeto, para que tenha mais PSF, para que tenha mais prevenção na área da Saúde! Por isso nós defendemos a lei também. Nós defendemos a criação da Fundação, para que não surjam mais oportunismos, a exemplo do desviou daqueles 9 milhões de reais pelo Instituto Sollus.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Vamos escutar, pessoal.

O SR. CÉSAR RAMOS: Eu tenho certeza absoluta de que quem está contra ou não sabe ler ou não leu o projeto. Eu li! Eu li!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CÉSAR RAMOS: Não sou concursado e não tenho CC. Também não sou sustentado por nenhum Governo Federal, nem Estadual, nem Municipal. Não sou sindicalista também, e o Sindicato, que é contra essa lei, é um dos mais ricos do nosso Estado, chama-se Simers.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CÉSAR RAMOS: Na outra reunião que houve na Câmara, convocada pelo Simers, para aquelas entidades – inclusive uma de Alvorada, não sei por que Alvorada tem tanto interesse em ficar contra essa Fundação, a tal de Uama -, eu ouvi um cidadão dizer: “Imagine, agora estão nos comparando com o trabalhador comum, nós vamos ter que assinar ponto”. Trabalhador é tudo: tem trabalhador médico, quem tem ou não tem faculdade, tudo é trabalhador. E é pago com dinheiro público!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CÉSAR RAMOS: E, se é pago com dinheiro público, tem que cumprir horário. Porque, se não fosse funcionário público, se não cumprisse horário, ia para rua!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. CÉSAR RAMOS: Celetista vai para rua. Aí, depois: “Não, mas tem o inquérito administrativo”. Inquérito administrativo não dá em nada, não dá em nada! Obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. José Antonio dos Santos, do Conselho Distrital de Saúde da Região Nordeste, está com a palavra.

O SR. JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS: Boa-noite à Mesa, boa-noite ao plenário e aos Srs. Vereadores. Eu fico admirado em ouvir hoje o que estão dizendo. Muitos Vereadores que hoje estão nesta Casa, inclusive o Sr. Prefeito, há muitos anos apoiaram o SUS. Então, eu fico apavorado de saber que hoje estão criando uma Fundação, porque as duas Fundações que houve não deram resultado nenhum. Então eu acho assim: eu não sei o que estamos fazendo aqui.

Os postos de saúde estão precários e sem atendimento; num dia tem médico e noutro dia não tem. Mas não é! É culpa do próprio Governo, e por que o Governo não cuida? É preciso colocar outra Fundação? E acham que esta Fundação vai controlar horário e ponto de médico, de enfermeiro e de técnico de enfermagem? Não. Vai continuar a mesma coisa. Então, para mim, isto aí, essa Fundação, é um cabide de emprego. Gente, eu sou líder comunitário, sou presidente de Associação e coordeno o Conselho Distrital de Saúde da Região Nordeste; nós sofremos, lá na base, a situação que surge com essas Fundações. Eu acho, gente, que o SUS é a salvação de todo o povo brasileiro e de todo o povo porto-alegrense. Então “não” à Fundação e “sim” ao SUS.

Quero deixar um alerta aos Srs. Vereadores. É um alerta: se porventura a Fundação for aprovada, nós, lideranças comunitárias de toda a cidade de Porto Alegre, vamos colocar em toda a Cidade o nome dos Vereadores que votaram a favor da Fundação! Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Arthur Luis da Veiga, da União Estadual dos Estudantes, está com a palavra.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Senhores, se não for possível respeitar as falas da tribuna, eu vou entender que vocês não querem debate. Então, por favor, vamos ouvir os pronunciamentos.

O SR. ARTHUR LUIS DA VEIGA: Em primeiro lugar, eu quero desejar boa-noite a todos. Há um ano, a gente fez quase que uma audiência pública sobre o ENEM aqui na Câmara de Vereadores, foi presidida pela Ver.^a Fernanda Melchionna porque o Presidente da Comissão de Educação da época, o Ver. DJ Cassiá, estava doente. Na ocasião, a gente

tinha este plenário lotado de estudantes que queriam saber o que estava acontecendo com o ENEM, e nenhum estudante foi selvagem e mal-educado quando da fala dos oradores!

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Por favor, pessoal, vamos escutar a fala do orador!

O SR. ARTHUR LUIS DA VEIGA: Voltando à minha fala: na ocasião, quando um estudante de uma força política – e quem milita no movimento estudantil sabe disto – se exaltou neste Plenário, Presidente, ele foi retirado daqui porque faltou com educação a um Vereador que estava falando aqui. Está faltando pulso nesta audiência pública!

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Por favor, gente! Eu não vou admitir que, da tribuna, o senhor questione a condução da Audiência Pública, como também não vou admitir que vençam os que acham que não dá para chamar o povo para participar. Então, por favor! Nós escutamos até o final e depois nos manifestamos, de ambos os lados. A Mesa não amordaçará as pessoas, ela solicitará respeito.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Por favor, a senhorita também. Podemos continuar?

O SR. ARTHUR LUIS DA VEIGA: Eu quero dizer, para continuar meu discurso, que eu vi aí no meio um senhor de cabeça branca, um senhor idoso que, enquanto as pessoas que estão a favor faziam as suas falas, apontava e dizia: “Não sei o quê, não sei o quê...” Onde é que está o princípio de que nós temos dois ouvidos e uma boca? Primeiro a gente escuta e depois a gente fala.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. ARTHUR LUIS DA VEIGA: O meu tempo está correndo, e eu não estou conseguindo falar.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Eu não vou mais parar o tempo se V. Exa. não discutir o assunto, se continuar criticando o plenário.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A palavra está devolvida ao orador. Muito obrigada.

O SR. ARTHUR LUIS DA VEIGA: Infelizmente eu estou sendo o primeiro orador que está sendo pautado pela Presidente da Mesa. Acho que temos que falar daquilo que vimos debater. Se eu não quiser falar sobre Saúde, eu não falo. Eu estou inscrito. (Pausa.) Não vou falar, me nego.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A palavra está à sua disposição, e o seu tempo está correndo.

O SR. ARTHUR LUIS DA VEIGA: Quero dizer que, infelizmente, a senhora não está conduzindo, quer pautar o que eu falo. Pelo amor de Deus! Eu não consegui entrar no assunto da Saúde pela falta de educação! Aí, quando o lado de lá grita, a senhora “menina mal-educada!”; o lado de cá grita, “vamos manter a calma!”. Pelo amor de Deus! Presidente não tem lado!

Infelizmente, a Vereadora e Presidente da Câmara está deixando o meu tempo correr. Quero fazer uma pergunta bem clara. Quero ir na carona do Dr. Aloísio. O Dr. Aloísio foi muito feliz na sua pergunta. Quero perguntar ao Presidente do Sindicato Médico, Dr. Argollo, e ao Sr. Conselheiro, Augustin, se eles vão ao posto de saúde consultar, se eles têm coragem de largar o seu plano de saúde para ir consultar.

Outra coisa: convenhamos, ouvir do Conselho que eles investigaram e acharam um rombo? Isso é nada mais que a obrigação do Conselho, eleito pelo povo, investigar as contas públicas do Município! E não vir aqui fazer debate cristão e dizer “Ah! Nós achamos irregularidades...”

E quero mandar um abraço para o pessoal de Alvorada que vem de lá para ser atendido em Porto Alegre.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Vamos voltar ao debate sobre o IMESF.

O Sr. Raul Giacobone, do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – Simpa –, está com a palavra.

O SR. RAUL GIACOBONE: Boa-tarde a todos e a todas. Nós, do Sindicato dos Municipários, defendemos um serviço público de qualidade e um servidor público responsável. Estou esperando, desde o início desta Sessão, entender a real motivação do Governo em apresentar este Projeto.

Nós temos a nossa convicção, a de que este Projeto tem por objetivo desresponsabilizar o Estado em relação à Saúde; é um Projeto que tem embutida nele uma visão de Estado, a do Estado mínimo, a da terceirização – está embutida neste Projeto essa visão também. Isso tudo eu acho legítimo, acho que o Governo tem o direito de ter a sua visão de mundo – para isto ele foi eleito: para implementar a sua visão –, mas com o que eu fico estupefato é que toda a argumentação colocada aqui, tudo o que está indo para a mídia e o que eu ouço das pessoas que são a favor vem no sentido de atacar o servidor público. É isso que está aparecendo. Eu quero acreditar que não seja isso, porque ninguém se elege Prefeito para atacar o servidor público! Não posso acreditar nisso!

O Sindicato dos Municipários tem discutido à exaustão com a Prefeitura plano de carreira para os servidores da Saúde, para todos. Nós apresentamos uma proposta. Nós reclamamos das instalações dos postos de saúde. Uma vergonha! Uma reforma que é pior do que um paliativo, cheia de irregularidades e que o Conselho não aprovou!

Enfim, nós somos parceiros na questão. É uma atribuição do Governo controlar o ponto, nós não podemos ser contra; nós fizemos concurso para trabalhar com uma carga horária. O Governo tem que fazer isso, é papel de Governo, não precisa fundação para fazer isso!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. RAUL GIACOBONE: Isso, na minha opinião, é um atestado de incapacidade gerencial! Se é isso, só uma incapacidade gerencial, eu quero entender como é que, depois de aprovado este Projeto, os colegas da Prefeitura vão lidar com os trabalhadores da Saúde, com os vagabundos que não trabalham, que têm mais de 20, 30 anos para trabalhar! A Secretária vai ter que criar uma fundação para toda a Prefeitura, porque todos são servidores públicos ou terceirizados! Como é que vão lidar? Vai ser uma gandaia agora, não tem mais respeito, não precisa cumprir horário, não precisa mais trabalhar! É isso? Por favor!

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Pedro Igor Chaves, da UMESPA, está com a palavra.

O SR. PEDRO IGOR CHAVES: Sou da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre e espero que, pelo fato de ser estudante, eu não seja pautado pela Presidente. Boa-noite a todos presentes. Eu quero dar os parabéns para quem está a favor da Fundação.

Esta nossa discussão nada mais é do que tratar da Saúde pública da nossa população. A população não pode ficar à mercê dos médicos que aparecem nos postos de saúde quando querem, não pode ficar à mercê das filas, da situação em que se encontra a Saúde hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, eu estou parando o cronômetro mais uma vez. Por favor! Peço que, nós, adultos, possamos ouvir os estudantes até o final, principalmente quando eles estão tratando do tema da Saúde.

O SR. PEDRO IGOR CHAVES: Então, os profissionais da Medicina que assumiram esse compromisso de buscar uma Saúde melhor deveriam estar unidos, porque a Fundação trará melhorias reais à Saúde pública.

Nós, jovens estudantes, que somos o futuro desta Nação, estamos aqui pautando as reais necessidades da sociedade. Nós temos que brigar pelo fortalecimento de programas como o Programa de Saúde da Família, que está sendo eficaz e que, com a criação da Fundação, vai se tornar mais eficaz ainda na nossa Cidade.

Quero ressaltar aqui que a gente deve garantir que os profissionais da Medicina estejam à disposição da população. A população não pode ficar à mercê dos médicos quando querem aparecer lá no posto e ficarem uma hora dentro do posto de saúde e não atender mais ninguém! Quero trazer aqui também a posição da Presidente do Sindicato de Agentes em Saúde, a Josiane, que está presente aqui, e o Sindicato se diz favorável à criação da Fundação.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PEDRO IGOR CHAVES: Faço minhas as palavras dos companheiros que colocaram a questão de os médicos não estarem a favor por não quererem cumprir a sua função, por não se igualarem aos trabalhadores que têm que cumprir o seu horário porque, senão, não recebem. Quero ressaltar, também, que todos que fazem oposição a esse Projeto não devem, é claro, ser atendidos nos postos de saúde, não têm que enfrentar filas e esperar pela boa vontade dos médicos! Eu quero dizer que este Projeto não é para atacar os profissionais da Medicina, este Projeto é para fazer com que a população tenha a sua Saúde pública de qualidade garantida.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Só mais um instantinho, Pedro. Todos estamos interessados nos teus argumentos. Por favor, gente! Audiência pública é para ouvir as posições divergentes; temos que aprender a ouvi-las.

O SR. PEDRO IGOR CHAVES: Lugar de médico é no posto de saúde, e a UMESPA é favorável à criação da Fundação. Muito obrigado.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Presidente, eu não vou ter direito à fala dentro das divisões que foram previstas, mas eu quero fazer uma solicitação à senhora na condução do trabalho. Primeiro, quero me solidarizar com V. Exa. pela sua democrática condução dos trabalhos.

Depois, quero sugerir, nunca impor, até porque me pauto pelo diálogo, que os nossos debatedores se atenham ao tema “fundação”, e não ao trabalho dos profissionais da Saúde de Porto Alegre. O problema da Saúde de Porto Alegre não são os profissionais da Saúde que trabalham neste Município, não são os médicos!

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Solicito silêncio. Pessoal, vamos manter a ordem e a capacidade de diálogo neste plenário.

O Ver. Nilo Santos está com a palavra.

O SR. NILO SANTOS: Sra. Presidente, se a atitude do Ver. Dr. Thiago se tornar rotineira aqui, nós não vamos terminar esta Audiência Pública exatamente porque, se ele sempre efetuar algum tipo de comentário após um discurso na tribuna... Todos têm interesse de discursar aqui e tentar faturar um pouco! Então não pode ser assim, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Foi feito o registro. Dr. Thiago, agradeço a sua compreensão. Não vamos fazer bate-bola. Muito obrigada.

A Sra. Sabrina Salazar Dahm, Agente Comunitária de Saúde, da UAMPA, está com a palavra.

A SRA. SABRINA SALAZAR DAHM: Boa-noite a todos e a todas. Eu vim hoje como Agente Comunitária de Saúde.

A primeira coisa que eu queria falar é que, apoiando a Fundação, estão esquecendo que eles querem privatizar a Saúde com essa Fundação, que é um cabide de emprego! Outra questão é que eles querem simplesmente poder demitir a qualquer momento, sem nenhum critério, que é o que acontece!

Eu fico impressionada com Vereadores que, na hora de pedir votinhos na casa da gente, eles vão. Agora, eles estão defendendo interesses próprios; é cargo, não é a comunidade, não é escutar o que a comunidade está fazendo. Não querem saber que, a todo o momento, estão trocando funcionários e que, a todo o momento, tem outra pessoa na tua casa te visitando. Eu concordo, tem que ser feito. Tem que ter ponto? Tem que ter ponto, só que eu acho que vocês estão generalizando muito, dizendo que, com o ponto, vai acabar. Não vai acabar nada dessa bagunça! A gente tem que defender o vínculo, a gente tem que defender a comunidade.

E outra coisa: eu gostaria que, no dia depois que votassem, aparecessem nos jornais as caras dos Vereadores – que vão pedir voto para gente – a favor da Fundação -, para ver se eles vão ter a cara de pau de, depois, virem na comunidade pedir voto! Porque, na hora de pedir para a gente, eles sabem! Não à Fundação! Não vamos privatizar a Saúde! Vamos criar vínculos. Nós temos que ser democráticos, a gente tem que ser pelo certo. A Prefeitura não pode, porque ela não sabe gerir. Ela está com medo é de gerir. Ela prefere “passar a bola” para o próximo e não ficar gerindo. Obrigada a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Sandro Chimendes, da UAMPA, está com a palavra.

O SR. SANDRO CHIMENDES: Sra. Presidente, boa-noite. Eu queria cumprimentar toda a Mesa, a Direção da Câmara e seus Vereadores, as senhoras e os senhores. Antes de anunciar a posição que a UAMPA tomou ao longo desta semana, eu queria dizer que a UAMPA vem, de forma muito respeitosa, fazer parte de um debate democrático na cidade de Porto Alegre através da nossa competência. E queria dizer mais: a UAMPA vai defender que esta Casa, juntamente com o Governo Municipal, amplie este debate, que vá escutar a população como um todo. Não dá mais para ouvir dos nossos entes filiados que o debate fica só dentro dos segmentos. É inaceitável. A nossa entidade, legitimamente constituída pelo direito, Secretário, tem o direito de fazer a cobrança aqui. Nós queremos levar o debate à comunidade, ouvir as pessoas, fazer o que nós fizemos ao longo desta semana: ouvimos a nossa população. Infelizmente, que é o direito da democracia, alguns dirigentes sociais tomam posição. E eu não vou nem criticar, não vou nem fazer o questionamento, este não é o fórum para isto, mas isso foi pauta da nossa

pág. 31

instituição. Ouvimos o Governo Municipal, sim, e achamos que toda comunidade de Porto Alegre deve fazer isso.

Agora, eu queria dizer o seguinte: a UAMPA fez uma grande avaliação deste Projeto, deste contexto como um todo, ouvindo, na primeira vez, o fórum constituído, e eu fiz uma cobrança formal ao Simers, aqui: a UAMA – União de Associação de Moradores do Município de Alvorada – não é a responsável por Porto Alegre, e hoje se repete o mesmo problema: Alvorada vem responder por Porto Alegre. Eu quero dizer para a Alvorada que nós vamos, com muito respeito, ir lá ajudar a construir a Saúde no Município, porque nós queremos a ampliação do SUS, sim, mas não vamos atropelar, nós vamos construir conjuntamente.

Eu queria dizer que, se a Prefeitura errou, lamento; a vida é feita de acertos e erros. E nós gostaríamos, Secretário Casartelli, que a gente conseguisse sentar numa mesa de discussões e avançar para o futuro. Nós temos muito claro, em 28 anos de história, que o SUS vem em primeiro lugar; ele vem em primeiro lugar na questão da Saúde sempre, e a nossa defesa é para garantir o direito ao SUS.

Agora, falando claramente, a nossa posição foi tomada com todo o nosso corpo diretivo e com a ampla maioria das entidades filiadas. Nós estamos, sim, aprovando o Projeto do Executivo, porque ele vem para disciplinar a Saúde pública em Porto Alegre. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Celso Woyciechowski, da Central Única dos Trabalhadores, está com a palavra.

O SR. CELSO WOYCIECHOWSKI: Boa-noite a cada companheiro, a cada companheira; uma saudação muito especial à Presidente, Ver^a. Sofia Cavedon, e a todos os Vereadores e Vereadoras que acompanham atentamente esta Sessão.

A primeira consideração aqui é que, num tema tão polêmico, num debate tão exaustivo, de tanta necessidade, vamos compreender que “caldo de galinha não faz mal a ninguém” e vamos ampliar muito fortemente este debate.

Eu queria aqui, de primeira mão, já propor que esta Câmara de Vereadores faça uma audiência pública em cada uma das 17 Regiões do OP de Porto Alegre para podermos ampliar o debate, termos tranquilidade e nos apropriarmos desta questão.

A segunda questão que eu quero tratar aqui é que não podemos admitir de forma nenhuma que aquilo que é mais caro para o Estado, que é prestar serviço para a sociedade, para a comunidade, seja transferido para o que não é Poder do Estado. Os serviços e o servidor público não são patrimônios do gestor de plantão; o serviço e o servidor público não são patrimônios de um Vereador ou de um Prefeito; o serviço público e o servidor público são patrimônios da comunidade, são patrimônios da sociedade. Portanto, privatizar os serviços e o servidor público é privatizar o Poder, é colocar algemas no controle social, no controle público.

Quando dialogamos aqui muito fortemente sobre as Fundações que estão sendo trabalhadas no Vale dos Sinos, eu pergunto: por que não veio aqui um Prefeito da região da Granpal fazer a defesa da Fundação? Por que mandaram aqui um técnico com zero voto? Esta é a pergunta que a sociedade faz! Por que um gestor não veio fazer o debate com a sociedade? Aqui não estão em debate apenas teses jurídicas; aqui não está em debate se juridicamente está certo ou errado: aqui está em debate a saúde da população, o serviço de qualidade que o Poder Público tem que apresentar para a sociedade!

E a última pergunta que talvez o representante da Granpal pudesse responder: se a Fundação é tão lícita, se as regras são todas controladas, qual o concurso que a Multiclínica fez para ser contratada pela Fundação de Novo Hamburgo? (Pausa.) Essas perguntas precisam ser respondidas, e a sociedade clama pelas respostas.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada. O Sr. Gilberto Barichello, do Grupo Hospitalar Conceição, está com a palavra.

O SR. GILBERTO BARICHELLO: Boa-noite a todos. Quero saudar a Presidente Sofia, todos os membros da Mesa, Vereadores, Vereadoras. Quero dizer que me sinto à vontade, porque já fui Vereador e Presidente de Câmara no Interior, candidato a Prefeito pelo Partido dos Trabalhadores, do qual ainda faço parte hoje.

Quero dizer que sou um funcionário estatutário, concursado, da Secretária Estadual da Saúde, cedido ao Ministério da Saúde e dirigindo o Grupo Hospitalar Conceição.

O Grupo Hospitalar Conceição é composto por três sociedades de economia mista de direito privado. E o Supremo Tribunal Federal reconheceu, em dezembro, por cinco votos a quatro, que, mesmo sendo de direito privado, com regime celetista, é uma instituição

pública, e deu a imunidade tributária ao Grupo Hospitalar Conceição. Mais: é de direito privado, e lá tem Orçamento Participativo; é de direito privado, e lá nós extinguimos o atendimento aos planos privados e transformamos uma instituição de direito privado, com regime celetista, cem por cento SUS, com portas abertas 24 horas. É de direito privado e tem os melhores salários do País na área de atenção hospitalar; é de direito privado e tem conselho gestor, 14 usuários escolhidos pela comunidade e 14 gestores que debatem os problemas e as situações do Grupo Hospitalar Conceição. É de direito privado e tem mesa de negociação permanente com os trabalhadores. Lá tem democracia!

Agora, há Secretaria de Estado da Saúde, com regime estatutário, de direito público, da Administração Direta, que não tem Orçamento Participativo interno, que não tem as portas cem por cento abertas, que não tem Sistema Único de Saúde.

Carga horária tem que ser cumprida tanto numa instituição de direito privado quanto numa instituição de direito público. Esse não é o debate! Em contrato de trabalho, público ou privado, a carga horária tem que ser cumprida.

Portanto, não vamos nos iludir com o pseudodebate, porque eu, ideologicamente, não aceito dois regimes de trabalho – um estatutário e público. Isso só serve para dividir trabalhadores, uns contra os outros, e o patrão sair cantando a felicidade. Não aceito! Portanto, ideologicamente, sou contra dois regimes de trabalho.

Quero dizer que o projeto de fundação estatal de direito privado nasceu em 2004, no GHC... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O seu tempo está esgotado.

O SR. GILBERTO BARICHELLO: Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Carlos Alberto Duarte, do GAPA/RS, está com a palavra.

O SR. CARLOS ALBERTO DUARTE: Boa-noite a todos e a todas. Eu gostaria de começar falando sobre a inversão desta discussão que está sendo colocada aqui. Eu acho que nós não podemos ficar discutindo simplesmente a questão dos médicos, da

contratação dos médicos, do relógio de ponto e tudo o mais. Eu acho que a gente tem que se pautar pela saúde e discutir saúde.

Todos os outros usuários que passaram por aqui falaram a mesma coisa. Apesar de terem batido em cima dos médicos, o que eles pautaram, efetivamente, foi que nós queremos é uma saúde de qualidade; o que a gente quer é ser bem atendido nos postos de saúde. Então, não adianta a gente querer transformar este debate numa questão corporativa. Eu acho que não é.

Não dá para ficar jogando a questão contra funcionários públicos em geral. Esse é o debate que está saindo na mídia, mas o que está por baixo de toda essa questão do debate das fundações é, sim, a instituição de um Estado mínimo, sem cumprir com as suas prerrogativas, sem cumprir com as suas obrigações, como é colocado pela Constituição Federal. Eu acho que é esse o debate que tem que ser feito, e eu concordo que nós temos que ampliar este debate para além do que está sendo colocado aqui nesta Câmara. Não há momento melhor do que este ano para ampliar este debate: é um ano de Conferência Nacional de Saúde, de conferências municipais de saúde, de conferências distritais de saúde. Eu gostaria que os Srs. Vereadores, inclusive o Prefeito e todos os prefeitos das cidades da Região Metropolitana e que fazem parte da Granpal, comparecessem a essas conferências de saúde para ouvir o que é que a população que faz parte dessas conferências, o cidadão que lá está vem falando sobre a saúde pública no Estado do Rio Grande do Sul e nos Municípios. É isto que nós queremos discutir: saúde pública, efetivamente.

A gente está cansado de ouvir, a cada ano, invenções de como se fazer melhor a questão da Saúde neste País. Desde que foi construído o SUS, em 88, pela Constituição Federal e, em 90, pela Lei do SUS, o Estado sempre vem procurando formas de acabar com o serviço público, seja através de OSs, seja através de OSCIPs, seja agora através de fundações e várias outras questões, inclusive com as formas colocadas na própria Constituição, de hospitais filantrópicos e tudo mais. É uma forma de acabar com o serviço público de saúde e não fazer o atendimento que a população merece.

Temos que discutir, efetivamente, qual é a Saúde pública que está colocada em Porto Alegre e no que a Fundação vai auxiliar. Não adianta ter o serviço profissional do médico se não tem laboratórios que façam os exames, se não tem exames, como Raios X se não tem equipamentos oftalmológicos, se não tem distribuição de medicamentos para curar a

população e outras questões. Nós temos que fazer a promoção da saúde como foi colocado aqui. Então, somos a favor do serviço público de saúde, não da Fundação.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. André Seixas, do Conselho do Orçamento Participativo, está com a palavra.

O SR. ANDRÉ SEIXAS: Boa-noite a todos. Em nome do Conselho do Orçamento Participativo desta Cidade, venho até esta Casa, a Casa da democracia, Casa do Povo de Porto Alegre, dizer que, no último dia 31, segunda-feira passada, o Conselho do Orçamento Participativo se reuniu na sala 10 do Mercado Público, em reunião extraordinária, para debater a proposta de melhorias da Saúde enviada pelo Executivo a esta Casa. Após mais de três horas de debate, os Conselheiros lá presentes, com o Secretário Adjunto da Saúde, Marcelo, mais o Secretário Busatto, o COP, por 27 votos sim e 2 votos não, aprovou a Moção de Apoio ao Projeto que tramita na Casa de melhorias na Saúde, incluindo a criação do Instituto Municipal de Estratégia de Saúde da Família e o ponto eletrônico dos médicos desta Cidade. Depois de muito debate, os Conselheiros do COP tomaram essa decisão, e as perguntas e os gritos aqui deste Plenário foram os mesmos que foram feitos lá. Perguntavam, companheiros, qual é o membro do Sindicato Médico que já levou o seu filho, a sua filha ou um parente seu às 3 horas da manhã, no PAM-3, ou às 4 horas da manhã em alguma UBS de Porto Alegre para garantir ficha para o filho. Nenhum, companheiros! Nenhum!

Quem é o membro? Qual é a legitimidade, companheiros, que o Sindicato Médico tem de financiar ônibus para trazer pessoas para apoiar o “não” ao Instituto? Foi o que foi feito aqui. Isso demonstra que é na base do dinheiro.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Só um instantinho, André. Pessoal, eu estou parando o tempo. Nós vamos pedir tanto às pessoas que estão assistindo quanto a quem está intervindo na tribuna que não façam provocações, por favor. Obrigada.

O SR. ANDRÉ SEIXAS: Muito obrigado. Queria dizer, companheiros, que a criação do Instituto e o conjunto das propostas de melhorias da Saúde vão acabar com a grande indústria da virose, porque quem vai ao SUS aqui, já levou parente, vocês mesmos, já receberam a tradicional resposta: “Tu tens é virose”. Sabe por quê? Porque o médico chega às 8h da manhã e, às 8h30min, ele já atendeu oito pacientes, quando ele tinha que ficar até o meio-dia atendendo quantos pacientes mais chegarem no posto! Esta é a mudança que se faz necessária: fazer uma pequena parcela dos médicos que trabalham em Porto Alegre, no SUS, trabalhem, porque a maioria trabalha, Presidente. A maioria trabalha.

Então, eu queria dizer que o COP, mantendo a tradição da democracia, vem a esta Casa dizer que apoia, sim, as mudanças propostas pelo Executivo. E queria dizer, pessoal, que, com tristeza, há muitos anos eu não via as portas desta Casa sendo fechadas. Desculpem, mas sou obrigado a dizer. Há muitos anos, eu não via essas portas serem fechadas! E hoje, numa discussão tão importante, as portas foram fechadas. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Humberto José Scorza, do Conselho Municipal de Saúde, está com a palavra.

Enquanto o Scorza se desloca, eu quero dizer que esta Câmara construiu regras que garantem a democracia. Um telão está transmitindo a reunião, a TVCOM está transmitindo em tempo real, a TVCâmara também. Lá embaixo, no telão, há um pessoal em número bastante significativo, com conforto, acompanhando os debates. Portanto, não há portas fechadas nesta Câmara.

O SR. HUMBERTO JOSÉ SCORZA: Inicialmente, quero saudar a Mesa, saudando, na pessoa do Casartelli, o Executivo; na pessoa da Presidente Sofia Cavedon, o Legislativo; no Derocy, o Judiciário comprometido; o fórum que defende o SUS, e, na pessoa da nossa querida Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, Maria Letícia, todos os Conselheiros; de modo especial os usuários, que, diuturnamente, estão batalhando e lutando pela Saúde Pública. Eu faço essa colocação e me apresento para quem não me conhece.

Meu nome já foi dito. Em agosto de 1968, comecei a ser servidor público. Em setembro de 2008, às vésperas de completar 70 anos, eu tive que sair pela “expulsória”, como eu digo, porque eu tinha 70 anos, não podia trabalhar mais. Em todo esse tempo, me senti muito dignificado por ser servidor público. Por isso, eu não admito que se assaque aos servidores públicos a generalização de maus servidores públicos, que não são tantos quantos dizem por aí, e que não existem só na Saúde, existem em outros lugares também, da própria Secretaria e do próprio Município. Esses devem ser penalizados, e o gestor tem como penalizá-los. Tem, é só querer, é só ter vontade política!

Sobre criação de uma fundação e toda a discussão, aí eu fico triste, quando vejo aqueles que se dizem usuários e defensores da Saúde, mas que não lembro de tê-los visto dentro do Conselho Municipal de Saúde discutindo saúde, virem aqui assacar inverdades e calúnias. Inclusive fico muito triste também quando ouço o Sr. Prefeito dizendo que o Conselho Municipal de Saúde é subserviente a determinada entidade que faz parte do fórum. E nós queremos deixar bem claro que eu – desculpem dizer eu –, durante três gestões, coordenei o Conselho Municipal de Saúde, e nunca tivemos outra ambição que não fosse a de servir o Sistema Único de Saúde, que é o que os Conselhos querem. Eu tenho certeza de que a maioria – e não estou ofendendo ninguém –, mesmo os senhores Edis que estão aqui, mesmo muitos dos trabalhadores de saúde, sabe bem o que é o Sistema Único de Saúde, como foi criado, como foi conquistado. Existe uma Constituição Federal conquistada no tempo em que tinha aquela ditadura nefasta aqui, e essa Constituição criou, pelas Leis 8080 e 8142, o controle social para os conselhos de saúde, e eles têm de ser respeitados. Se o moço da UAMPA disse que a moção de aprovação foi isso contra dois, o Conselho Municipal de Saúde, depois de judiciosa discussão, rejeitou a Fundação por 28 a 2 votos. Então, respeitem os Edis, que fazem leis aqui e que querem que as leis de Porto Alegre sejam observadas. Respeitem a Lei Federal, respeitem tudo o que tem de ser respeitado e não façam silogismos, não venham com história. E, sim, senhor, não à Fundação, porque esse é o modo de tornar o Estado cada vez mais mínimo.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Carlos Siegler, da Associação dos Moradores da Vila João Pessoa, está com a palavra.

O SR. CARLOS SIEGLER: Boa-noite, Sra. Presidente, membros da Mesa, boa-noite aos Srs. Vereadores e ao plenário aqui presente. Quero, em primeiro lugar, cumprimentar as entidades do movimento sindical, as entidades dos operadores da Saúde, que, através de sua luta, proporcionaram este momento de debates nesta noite de hoje. Foi através de sua pressão e do trabalho de vocês que pudemos ter esta oportunidade, hoje à noite, de estar aqui contrapondo nossas opiniões e nossas visões e fazendo o debate democrático, direito pelo qual lutamos tantos anos para ter.

Quero dizer a vocês que, ao aprofundar o debate a respeito da Saúde, Vereadores, na visão da Associação de Moradores da Vila João Pessoa, lá da Zona Leste de Porto Alegre, no Partenon, nós ficamos ainda mais convencidos da oportunidade e da urgência da implantação dessa Fundação de Saúde no Município de Porto Alegre. A questão de Saúde pública é uma questão de visão; existe a visão dos funcionários, dos operadores de Saúde, dos médicos, dos sindicatos. Nós trazemos aqui a visão do cidadão, do usuário, das entidades representativas da sociedade que se apresentaram aqui, dizendo que só não concordam, Ver. Mauro Pinheiro, com o modelo que existe de Saúde pública não só em Porto Alegre, mas também no Rio Grande do Sul e no Brasil; do jeito que está não há mais condição de ficar.

Queremos dizer que a Fundação, do nosso ponto de vista, traz duas novidades. Primeiro, o argumento privatista simplesmente não existe. A gente lembra da FPE, Fundação de Proteção Especial (Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social), da UERGS, citadas aqui anteriormente, que são fundações públicas de direito privado que funcionam exatamente como vai funcionar esta Fundação. A diferença, a grande diferença é que, neste modelo atual, o médico pode...

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Estou parando o seu tempo. Nós vamos precisar de silêncio para continuar o debate.

O SR. CARLOS SIEGLE: No modelo existente, senhoras e senhores, o médico pode faltar ao trabalho, o funcionário pode, oportunamente, tirar licença para tratamento de

saúde, enfim, e ele fica protegido por ser estatutário e não pode ser demitido por insuficiência, quando isso acontece, Ver. Dr. Thiago Duarte. Na Fundação, no modelo estatutário, se ficar configurada a falta ao trabalho de qualquer servidor, o gestor público pode colocá-lo na rua e contratar outro funcionário comprometido com o serviço público, que é a grande maioria dos médicos e funcionários públicos da cidade de Porto Alegre. Outra mudança, Presidente, para encerrar o meu tempo, no modelo biométrico, a cada turno o médico e funcionário precisam estar lá para colocar o seu dedo, para mostrar a sua presença no posto de saúde. E esse formato de Fundação vai aumentar de 97 Equipes de Saúde da Família para 201 em 2012, aumentando de 23% para 50% a cobertura de saúde na cidade de Porto Alegre.

Para finalizar, Presidente, eu gostaria de agradecer e pedir, parafraseando a União Estadual dos Estudantes: quero dizer a vocês, doutores, senhoras e senhores... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Desculpa, mas eu vou ter que cortar o seu tempo.

O Sr. Heverson Luis Vilar da Cunha, representando o Conselho Distrital de Saúde da Restinga, está com a palavra.

O SR. HEVERSON LUIS VILAR DA CUNHA: Vamos economizar o nosso tempo com coisas boas. Boa-noite a todas e a todos. Eu sou o Heverson, do Conselho Distrital de Saúde da Restinga. Para começar, a Restinga está a 33 quilômetros do Centro da Cidade, e nada que vai para lá vai com facilidade, tudo é feito com grande dificuldade. Então, nós vamos começar por aí. O SUS tem que atender a todos, indistintamente de poder econômico, de classe social ou religiosa, porque, senão, ele nunca será 100% SUS. E vamos parar, pessoal: todos que estão aqui são usuários do SUS. Repito: todos que estão aqui são usuários do SUS. Aquele que paga...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. HEVERSON LUIS VILAR DA CUNHA: É, eu não sou, eu pago Unimed, mas quem paga a tua cirurgia é o SUS, não é a Unimed. Vocês têm que ler um pouquinho mais.

Então, eu queria iniciar minha fala com o nosso amigo Promotor, ou melhor, com o Zimmer, pois ele citou uma expressão, a expressão “poderá”, que estaria inserida no art. 196 da Constituição Federal, sendo que, na verdade, o que está escrito é exatamente o contrário. O art. 196 da Constituição Federal fala que é dever do Estado, que é obrigação do Município, que é obrigação do Estado e que é obrigação da União! E eu não vi, em nenhum momento, a Prefeitura de Porto Alegre questionar o Governo do Estado que saiu sobre os 70 milhões que não vieram para Porto Alegre. Em nenhum momento, eu vi isso na mídia. Queriam conchavar para concorrer ao Governo do Estado, e acabou que deu no que deu: mais de 70 milhões estão parados na conta do Estado, ou seja, não foram repassados para o Município de Porto Alegre. Mas isso não é discutido, pessoal, pois não é do interesse deles. Eu vou afixar aqui uma grande obra do Governo (Fixa cópia do Diário Oficial na tribuna.) e gostaria que a TVCâmara filmasse isso aqui. Isto daqui é um exemplo da Administração Pública de Porto Alegre, que aconteceu em 2007: um ato de Governo da Prefeitura, com a Governança e a Secretaria Municipal da Saúde, fechou o Posto de Saúde que atendia 11 mil pessoas na Restinga. Está colocado num paiol de três metros por três, e a equipe está toda dividida na Restinga. Esse é exemplo de administração pública em Porto Alegre atualmente. Não é isso que a gente quer. A FAURGS foi problema da gestão passada. Era, sim, uma entidade privada, deu no que deu; entrou o Instituto Sollus, deu no que deu; entrou o Cardiologia, vai nesse posto para ver se tem médico. Não tem médico do Cardiologia hoje atendendo. Vai aos postos de saúde da base, não tem médico! Então, nós já temos três exemplos de Fundação. É picaretagem, sim! Fundação é picaretagem, sim! E está aqui... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Seu tempo esgotou, desculpe, não pude trancar. Obrigada, Heverson.

A Sra. Elenira Pereira, da UBS 2, Conselho Local de Saúde da Vila Vargas, está com a palavra.

A SRA. ELENIRA PEREIRA: Boa-noite a todos. Sou do Conselho Local de Saúde da Vila Vargas, da Região do Partenon. Eu fico muito admirada, muito admirada, mesmo com uma audiência pública. Quantas vezes eu e a minha colega Rosa Helena, que está ali no

plenário, a comunidade do Partenon, invadimos esta Casa e interrompemos a Sessão dos Vereadores para falar em saúde, sim, saúde da comunidade; saúde do morro; saúde da nossa população que está lá! Podem fazer qualquer tipo de sinal, porque o que eu tenho para dizer para vocês é o seguinte: se chegarmos à meia-noite aos postos de saúde, já é tarde para pegarmos uma ficha. Quantas vezes eu malhei o Secretário nas reuniões do FROP, nas nossas reuniões, pelo Sistema Único de Saúde, que estava uma porcaria, porque nós éramos usados de todas as maneiras. E não foi só no Governo do Fogaça, não; não é só no Governo do Fortunati, não; nos Governos anteriores, também! É verdade, sim...

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Elenira, só um minutinho, vou pedir que te escutem. A Elenira tem tanto direito de falar quanto os demais, vamos escutar, por favor.

A SRA. ELENIRA PEREIRA: Leram a carta dos médicos? Também tenho a carta da comunidade! A carta da comunidade diz o seguinte: estamos morrendo, lutando contra o que não está dando certo. Quantas vezes, Letícia, nós não fomos a favor de tudo que o Conselho Municipal dizia? Nós sempre fomos a favor, sim, mas não dá mais, gente! Chega, terminou! A população em primeiro lugar, gente! Não, não é dessa maneira, não. Nós estamos morrendo à mingua. Sim! Sim à Fundação! É lógico que tem que ser “sim” com as adequações dos Vereadores, que foram eleitos por nós! Eles foram eleitos por nós para fazerem as emendas e adequarem o sistema.

Eu quero dizer mais uma coisa para vocês, gente! Se fosse divulgado para todas as comunidades, para a população do Morro da Cruz, para a população da Vila São José, todas as comunidades estariam aqui presentes dizendo sim! Não a vocês! Não, gente, vocês estão sendo usados! A favor! Somos a favor da Fundação. Não somos contra os médicos, gente, mas eles não estão cumprindo o papel deles de trabalhar para a população dignamente. Nós merecemos isso! Todos os profissionais, gente, têm que trabalhar. Não é contra eles, é a favor de uma comunidade, de uma população que está morrendo esmagada pelo sistema. É verdade, sim! Hoje, tu estás aí dizendo isso, meu

amigo, mas infelizmente temos que dizer sim! Sim à Fundação, com as adequações dos Vereadores, que foram eleitos para isso. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Gilmar França, do Sindisaúde/RS, está com a palavra.

O SR. GILMAR FRANÇA: Boa-noite, pessoal. Queria dizer aos Vereadores da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e à população que o nosso Prefeito Fortunati, Dr. Paulo Argollo, prestou dois grandes desserviços à cidade de Porto Alegre. O primeiro, à população, aos trabalhadores, que não só os médicos, nós vamos poder reparar: é a Fundação. O segundo, Ver. Dr. Thiago Duarte, é irreparável! Eu respeito muito o Prefeito da Cidade, que foi do meu Partido, o Fortunati. Ele é uma pessoa muito inteligente, mas ele não poderia usar o poder que o povo lhe deu para denegrir uma categoria profissional! Ele não poderia fazer isso!

Nós, representantes de sindicatos, de entidades de classe, temos que dar um basta nisso! Temos divergências, sim, contra médicos que não trabalham, mas são minorias! São minorias, gente! Não são a maioria, é mentira! Outra falácia que ele inventou: que médico não bate cartão! Eles batem ponto, sim, junto com o auxiliar, com o técnico, nos postos de saúde! É inverdade! A Fundação do Prefeito, também... o meu Partido trocou tudo de lado. Está aqui (Mostra publicação.): é fraude. A Fundação, Dr. Aloísio, em Novo Hamburgo, é fraude! Está aqui a empresa contratada: Multiclínica! Multiclínica, 576 horas/mês; UBS, em Canoas, 750 horas/mês; Santo Afonso, Lomba Grande, 170 horas/mês. Multiclínica – está aqui – é fraude! É fraude! Não interessa se esta Câmara vai aprovar, porque o Procurador vem aqui, diz que não tem voto – a gente sabe, ele é nomeado... É isso, não interessa, porque o Ronchetti, em Canoas, construiu aquele Hospital dentro da legalidade, tem que estar devolvendo dois milhões! Dois milhões de desvio! Como o da Sollus aqui! Então, o Tribunal de Contas do Estado, que aprovou também, não nos causa estranheza, foi o mesmo que aprovou a vinda da Sollus! O mesmo Tribunal de Contas!

Esta Câmara não pode se omitir, tem que tomar posição, tem que ter lado! (Pausa.) Tu correu (*sic*) até camelô, Cecchim! Menos, Cecchim! Tu perseguiu (*sic*) até os camelôs, fica quieto!

Outra questão, outra questão...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O seu tempo está encerrado: dois minutos. Eu parei um minuto para a sua palavra final.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Ver. Mauro, já lhe darei aparte.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Vou solicitar tranquilidade do plenário para nós podermos nos manifestar. Por favor! O Ver. Mauro fará um aparte, mas eu vou pedir para esperar que o Gilmar encerre o seu pronunciamento. Depois V. Exa. fará o aparte, porque não dá para fazer um aparte no meio da fala. Só um minuto, Mauro.

(Manifestação nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Pessoal, os Vereadores têm o direito de se levantar, vamos respeitar. Eu vou solicitar ao Gilmar que encerre a sua fala, depois os Vereadores falarão. Peço a compreensão.

O Gilmar está com a palavra para terminar a sua fala. São dois segundos, Gilmar, porque o seu tempo foi inteiramente preservado.

O SR. GILMAR FRANÇA: Agradeço, Sra. Presidente. Eu quero deixar claro ao pessoal aqui que disse que quer trabalhar. Para quem quer trabalhar vai um aviso do Sindisaúde: se a Fundação passar, os postos de saúde vão parar, e aí vai ter emprego!

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Eu agradeço a compreensão dos Vereadores. Nós teremos as duas últimas falas da comunidade, e aí teremos as intervenções dos Vereadores. E vamos manter o respeito mútuo, por favor!

O Sr. Júlio Ferreira, servidor do HPS, está com a palavra.

O SR. JÚLIO FERREIRA: Sra. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Vereadores, colegas servidores públicos, senhoras e senhores, sou servidor público da Prefeitura de Porto Alegre; sou médico, trabalho no HPS há 34 anos e 8 meses. O nosso Hospital é um hospital que só atende SUS, e é referência em traumas, urgências e emergências em todo o Estado. É importante dizer que lá no HPS tem ponto; é verdade que alguns servidores não batem ponto. É verdade! Mas eu sou obrigado a defender os colegas que não batem ponto e dizer que o caos não é culpa dos médicos, não! Lá os médicos trabalham, as enfermeiras que não batem ponto também trabalham.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Dr. Júlio estou lhe assegurando o tempo. Vamos escutar; teremos outra fala, será de outro ponto de vista, e isso é importante para a democracia.

O SR. JÚLIO FERREIRA: Eu não posso ficar quieto e aceitar o que se ouviu aqui, que os culpados são os médicos, os meus colegas.

É verdade que nós temos problemas. A Ver.^a Sofia e o Ver. Thiago foram nos visitar esta semana e viram o esforço que nós estamos fazendo para tentar resolver os problemas do Hospital de Pronto Socorro, mas há coisas que são insolúveis e para as quais a Fundação é importante.

Nós temos extremas dificuldades de contratar servidores, porque o processo de contratação de servidores exige a criação de cargos; isso não é uma coisa fácil, precisa passar aqui pela Câmara. Eu não consigo manter o quadro de servidores como eu e o Secretário Casartelli gostaríamos de ter lá no Hospital de Pronto Socorro, inclusive por esta dificuldade, porque, para aumentar o número de servidores da Prefeitura, não se aumenta com um canetaço, é um processo demorado.

Não tenho medo de bater cartão, colega.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Por favor, Júlio! Eu vou solicitar mais uma vez a compreensão, vamos escutar o argumento. Eu gostaria de sugerir, senhores: há várias cadeiras livres lá, vamos sentar, porque nós vamos ouvir os Vereadores e, depois, volta para a Mesa para as considerações finais. Sugiro que as pessoas sentem e se tranquilizem, porque assim o debate será garantido.

O SR. JÚLIO FERREIRA: Obrigado, Presidente. Um dos problemas que o HPS enfrentou foi a perda da sua identidade. O Hospital de Pronto Socorro hoje virou um postão, porque temos colapso lá na ponta. O que acontece? O paciente que está lá na ponta e que não consegue ser atendido fatalmente chegará ao Hospital de Pronto Socorro. E temos essas filas não só na nossa Emergência como nas Emergências do Grupo Hospital Conceição, como na Emergência da Santa Casa, que estão totalmente lotadas de pacientes que não dizem respeito à vocação do Hospital de Pronto Socorro, que é atendimento de urgências, traumas e emergências.

Então, o problema deve ser resolvido lá na ponta; se não for assim, estoura lá nos hospitais. Os pacientes procuram os hospitais, e procuram por quê? Porque temos, sim, Sra. Presidente, um quadro de servidores altamente qualificado. Eu me orgulho dos servidores que tenho lá no Hospital, eu não tenho vergonha dos meus servidores! Lá eles trabalham: os que batem e os que não batem ponto! Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Joel Soares, do Sindisprev, está com a palavra.

O SR. JOEL SOARES: Boa-noite aos participantes da Mesa e do plenário. Quero dizer que sou trabalhador da Saúde, lotado no Postão 3 da Vila Cruzeiro; portanto, da área da Saúde, pelo menos, temos participado há algum tempo, neste período da vida.

Quero lamentar, num primeiro momento, a ausência do Prefeito aqui, a ausência do mandatário, porque ele é que quer colocar isso, “goela abaixo”, para a população de Porto Alegre; então, deveria estar botando a cara aqui, e não está. Mandou, inclusive, por incompetência, defender a sua proposta um candidato voto zero, porque o Secretário não teve capacidade de vir aqui defender também a proposta. Quero colocar com muita tranquilidade que os trabalhadores da Estratégia de Saúde da Família já batem ponto aqui

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Audiência Pública 03FEV2011
Pauta: Debate sobre o PLE nº 053/10

em Porto Alegre há mais de dois anos. Portanto, não há necessidade de impor para a população de Porto Alegre uma Fundação para controlar ponto de trabalhadores. Não há necessidade disso! E esta Prefeitura Fogaça/Fortunati já comprou programa de informática para melhorar a situação na Saúde. Contratou uma empresa de fundo de quintal, o Sollus, que roubou dez milhões e, até agora, não disse para onde foi este dinheiro e também não colocou para a população de Porto Alegre os dez milhões para melhorar a situação na Saúde. E agora vem pedir encarecidamente que a última coisa que eles têm que fazer – senão eu não sei se eles vão fazer – é impor esta Fundação. Isso mostra completa incompetência administrativa. É isso que está colocado aqui, representado pelo Secretário da Saúde.

Queremos dizer ainda que, se esse Prefeito tem decência em Porto Alegre, amanhã ele tem que retirar este pedido de urgência de votação da Fundação aqui, porque a população, o controle social votou 28 a 2 contra a Fundação e não comprou aqueles que, inclusive, são cabides de emprego, para fazer um debate numa parte do Orçamento, para dizerem que eram a favor da Fundação. É isto que eu quero pedir: a decência do Prefeito, para que ele venha, de fato aqui, retirar este debate. Se ele não tem competência para discutir Saúde, que ele peça apoio para a população! Vamos à luta!

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Neste momento, nós passaremos às intervenções dos Vereadores. Os alunos da UERGS estão solicitando manifestação, mas eu pediria a compreensão, porque nós já estendemos para 18 falas, e sugiro aos alunos que agendem uma Tribuna Popular, aqui na Câmara. Eu peço a compreensão, senão nós vamos tratar de outro tema.

(Manifestação nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada pela compreensão. O tema não é a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Nós discutimos aqui muitas vezes e estamos lutando junto com a UERGS para recuperar a sua condição de uma grande universidade.

Eu quero explicar ao conjunto dos participantes, novamente – Marco, obrigada –, que os Vereadores, para garantir a fala da comunidade, definiram por falar apenas um por

Bancada. É importante, porque foi um ato de respeito, estão aqui até este horário para escutar todas as posições, e agora cada Bancada terá o seu representante na tribuna.

Eu quero agradecer aos estudantes da UERGS e pedir que respeitem e ajudem na continuidade da reunião.

O Ver. Aírto Ferronato, do PSB, está com a palavra.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sra. Presidente; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; senhoras e senhores da Mesa, senhoras e senhores aqui presentes, eu quero, inicialmente, num parêntese, dizer que, como funcionário público que também sou há mais de 35 anos, ouvi calado que a questão é pura e simplesmente demitir ou não demitir, mais rápido ou lentamente: não, este não é e não pode ser o debate. Quando se trata da Estratégia de Saúde da Família, não se trata de demissão ou de admissão com rapidez ou lentamente; aqui se trata da Estratégia de Saúde da Família! E, para mim, este é um tema sagrado, um dos temas mais importantes e relevantes que esta Câmara aborda nos últimos anos.

Compreendo o SUS como uma referência do País, respeitado no mundo todo; a saúde do brasileiro, pobre ou rico, pública e universal. Compreendo também Porto Alegre como a capital da participação popular. Porto Alegre dá exemplos ao mundo. E lá em 89, quando eu já era Vereador, fui o primeiro Vereador de oposição a defender a participação popular. Quero registrar, por fim, e até porque o tempo é pouco, que, se é para criar uma fundação pública, que se crie uma fundação pública de direito público. Uma fundação pública de direito público! Essa é a proposta que eu apresentei, que eu vou defender e que vou votar favoravelmente. Com isso, nós criaríamos essa fundação, já que o Executivo compreende como um instrumento favorável, mas que essa fundação seja de direito público.

Um abraço a todos e obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Aírto. O Ver. Elias Vidal está com a palavra.

O SR. ELIAS VIDAL: Sra. Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; senhoras e senhores; representantes do Governo e da sociedade, esta Audiência Pública é para isto mesmo: para debater, discutir – uns a favor; outros, contra.

Isso faz parte. Se não for assim, não tem como funcionar. É isso mesmo! Choque de ideias, cada um tem a sua posição e a defende.

Agora, o que não podemos fazer é tirar um texto fora do contexto para servir de pretexto! Isso nunca pode. Temos de trabalhar dentro do texto. É como no aspecto teológico... Eu sou um teólogo, só saí do Pronto Socorro, como funcionário público da área da Saúde, para fazer a faculdade de Teologia em São Paulo. Mas, se você tira fora uma palavra de um texto, você diz até que pode matar: é só tirar do Decálogo, onde diz “não matarás”, o advérbio de negação e você fica com o “matarás”!

Então, com esse pensamento, quero dizer que não pode é, aqui em Porto Alegre, dizer que, se sou oposição, sou contra, porque não estou no Governo ou porque eu não concordo com o Governo. Mas, ao atravessar o rio de Canoas, para o outro lado, onde tem uma outra posição, que é a favor da minha, é igual a que quer se implantar, aí sou a favor. Eu vou para São Leopoldo, eu concordo; vou para Novo Hamburgo, eu concordo; vou para Esteio, eu concordo. Mas aqui eu não concordo! Espera um pouquinho, gente! Como é que se admite isso tecnicamente? Como é que uma mente lúcida, perfeita e sã explica isso para o povo? Aqui, eu sou uma coisa; do outro lado do rio, já sou contra o que se quer implantar.

Ontem, no jornal Zero Hora, o Prefeito de Novo Hamburgo – do PT, inclusive, que eu respeito – escreveu um artigo dizendo que o caso de Novo Hamburgo é exemplar – com relação à sua Fundação de Saúde Pública. Ele coloca que é pelo SUS, que o SUS é pelo povo, que ele é a favor do SUS, mas ele conseguiu equacionar uma série de problemas com o que nós teremos de implantar aqui, só que com uma diferença: lá é muito mais ampla a forma como estão lidando com o problema. Porto Alegre, Fortunati e a Saúde, somente com o Programa de Saúde da Família é uma coisa muito mais específica.

São duas situações: uma delas é o ponto eletrônico. E quero dizer que o Prefeito Fortunati tem muita coragem para implantar um ponto eletrônico. Tem que ser um Prefeito que dá a cara para bater, tem que ter coragem! Agora, vá explicar para o povo que um prefeito quer um ponto eletrônico. Quem tem uma empresa ou uma microempresa em que os seus funcionários não precisem bater ponto? Se a empresa é sua, você quer que ele bata ponto, mas, como o dinheiro é público, aí é a casa da mãe joana. Não dá para ser assim!

Gente, eu trabalhei na Saúde e quero dizer o seguinte, para concluir: o que o Prefeito, juntamente com a sua equipe de saúde, está tentando implantar em Porto Alegre – com diálogo, porque aqui estamos – é com muita competência, porque todo prefeito quer ser reeleito – assim como todo governador e todo o presidente -, e jamais vai fazer algo que seja contra o povo. Então, vamos consultar o povo e saber se o povo não quer o ponto eletrônico, que é uma outra coisa. Agora, o que nós queremos aqui é específico: o Programa Saúde da Família. Tenho dito! Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Elias Vidal. Novamente vou insistir com vocês, que, por favor, não façam diálogo paralelo. Eu agradeço à população, aos cidadãos, e peço que preservem o diálogo da tribuna. Os argumentos estão sendo colocados na tribuna. Muito obrigada.

O Ver. Dr. Raul Torelly, do PMDB, está com a palavra.

O SR. DR. RAUL TORELLY: Sra. Presidente, Ver.^a Sofia; saúdo todos os presentes, agradeço ao PMDB, que me deu a oportunidade de falar neste momento. Eu falo em cima da minha experiência como médico há mais de 30 anos nesta Cidade, sempre trabalhando com populações carentes, como uma pessoa que sempre defendeu o SUS. Eu defendo o SUS antes da sua criação e participo como militante disso. Eu acho que o nosso SUS está nos devendo. Nós estamos avançando, mas muito devagar. E eu venho aqui hoje para defender, sim, a implantação da Fundação. E por que é que eu digo isso? Eu não gostaria de ter necessidade de estar aqui defendendo. Eu queria um SUS melhor, eu queria um país onde tivéssemos recursos para a Saúde, onde os profissionais da Saúde tivessem plano de carreira, onde os médicos não fossem achincalhados. São os trabalhadores que dão o seu sangue nos postos de saúde e que são extremamente mal remunerados nesta Cidade, assim como os demais profissionais.

Agora, eu não posso deixar de dizer uma verdade que tenho para mim, do meu trabalho, do dia a dia, que é a seguinte: a população precisa de mais atendimento, muito mais atendimento. Está faltando trabalhar com mais parceria, e a Fundação vai dar dinâmica a isso, sim. Já foi instalada em outros municípios, é uma Fundação pública; a contratação vai ser feita por concurso público, por processo seletivo público, e terá um conselho curador. O controle social lá estará presente, terá um conselho fiscal, enfim, estamos

tratando de apenas 3 CCs e de quase 1.400 funcionários, a diferença é que serão CLT. Inclusive tenho uma emenda para fazer um plano suplementar de aposentadoria para as pessoas da Fundação, porque acho que isso é necessário.

Vejam o que acontece no Conceição, por exemplo, onde as pessoas trabalham praticamente até morrer, entenderam? Não é isso que queremos. Queremos trabalhadores dignos, bem remunerados e fazendo o que todo servidor público da Saúde tem que fazer, levar saúde em quantidade e qualidade para toda a população. É isso que queremos. Neste momento acho que a Fundação é uma alternativa muito melhor daquilo que temos tido nos últimos 15 anos, desde que surgiu o PSF, e espero um dia não precisar da Fundação e que o SUS realmente seja público e bem remunerado, com planos de carreira para todos nós. Saúde para todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Dr. Raul. Solicito que respeitem a opinião contrária. Não é necessário xingar o outro porque ele tem opinião contrária.

Agradeço muito a compreensão dos estudantes da UERGS e, pedindo e insistindo para que faça uma Tribuna Popular nesta Casa, lerei apenas o pedido aqui de direito de resposta: “A UERGS não é uma fundação de direito privado por opção. A luta da UERGS é para mudar isso, pois perdemos a maioria dos professores para a UFRGS por não termos plano de carreira e regime estatutário. É o mérito, e o mérito atual da UERGS é por causa dos alunos, professores e técnicos”. Está considerada a opinião dos estudantes. Obrigada pela compreensão.

O Ver. Mauro Pinheiro, do Partido dos Trabalhadores, está com a palavra.

O SR. MAURO PINHEIRO: Ver.^a Sofia Cavedon, nossa Presidente, demais integrantes da Mesa, nosso boa-noite; boa-noite aos Vereadores e às Vereadores, ao público que nos assiste pelo Canal 16, às galerias da Câmara de Vereadores, hoje lotadas e apreensivas. Quero dizer, em primeiro lugar, que o SUS foi uma grande conquista do povo brasileiro e da sociedade, assim como a Constituição, em 1988, e a regulamentação do SUS em 1990.

Não podemos nos esquecer de que, até a regulamentação do SUS, o povo brasileiro não tinha direito à universalidade da Saúde pública. Só poderia utilizar a Saúde aquele trabalhador que tivesse a carteira assinada e que recolhia esses impostos. Portanto, foi

um grande avanço para a sociedade o SUS, e todos nós devemos nos orgulhar e defender a universalidade da Saúde, sempre.

Agora, o que nós não podemos, Vereadores, é, como gestores, decretarmos a nossa própria falência e dizermos que, se os médicos não batem o ponto ou se os funcionários da Saúde não comparecem, é porque eles são estatutários. A responsabilidade não é por ser estatutário ou por ser de regime CLT, e sim é de competência do Município, de o gestor fazer com que esse funcionário trabalhe! Então, não podemos abrir mão da nossa responsabilidade! O exemplo de fundação não é bem visto aqui na cidade de Porto Alegre, porque nós, Ver. Comassetto, já tivemos todos os maus exemplos possíveis, com a Sollus, com a FAURGS.

Portanto, tenham a certeza de que não é passando a gestão do serviço público, uma grande conquista do povo, Ver. João Antonio Dib, para uma Fundação que vamos resolver o problema. Se nós temos um problema com a Saúde, é um problema, sim, e não só de Porto Alegre, é o problema de não termos um plano de carreira, nem para os médicos, nem para os funcionários da Saúde. E plano de carreira para funcionários da Saúde não é com fundação que vai se resolver. É fácil subir a esta tribuna, e funcionários que são estatutários dizerem que querem regime de CLT, mas eles não abrem mão de estar no regime estatutário. Portanto, não é com fundação que nós vamos resolver o problema. E quero deixar uma pergunta para os gestores: hoje, vamos criar uma fundação para resolver o problema da Saúde, e amanhã, vamos criar uma Fundação para resolver o problema da Segurança e da Educação?

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra.

O SR. PEDRO RUAS: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu falo pelo PSOL, portanto, falo em meu nome e em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna, da nossa Bancada. Poderia dizer e repetir os argumentos já utilizados por aqueles que são contra a Fundação, como é o nosso caso. Poderia referir inúmeras situações, onde este projeto é negativo e é menor do que aquilo que deveria ser feito, realmente, pela Saúde em Porto Alegre. Mas eu não vou fazer isso, porque o nosso tempo é muito curto. Eu quero lembrar a vocês, a cada um, a cada uma, que fazer política não é simples, com coerência, com capacidade de compromisso, não é simples, e o que eu vejo é uma

energia gigantesca jogada na criação dessa Fundação, e é a mesma energia, e vem dos mesmos lugares, e é a mesma força que combateu e combate a instalação da CPI da Saúde em Porto Alegre, é a mesma. Como é que me vou posicionar a favor deste Projeto se eu sei que o Instituto Sollus furtou quase 10 milhões, em valores de 2009, aqui em Porto Alegre, se eu sei que a empresa Reação furtou outros tantos milhões e cujos proprietários e diretores estão no Presídio Central, aguardando julgamento pelo Tribunal do Júri pelo homicídio do Secretário Municipal da Saúde Eliseu Santos. Eu sei o que é a Saúde de Porto Alegre. Então eu, a Fernanda Melchionna, a Maria Celeste – que assinou, no início, aquele pedido nosso – e o Ver. Todeschini, que levanta a mão, e é verdade, vamos nos atirar a defender este projeto com as mesmas forças que impediram, até agora, a CPI da Saúde? E por que não vão agora reclamar daquele dinheiro lá, aquela fortuna? Nós queremos de volta, em Porto Alegre, aquele dinheiro. Nós queremos os responsáveis e culpados punidos. Nós queremos justiça, nós queremos saúde. Não dá para apoiar este projeto, lamento! Não dá para apoiar. É o mesmo lado, é o lado de quem vai querer a Fundação para terceirizar, para vender, para encobrir aquilo que já aconteceu. Conosco não! Não, não vai ter o nosso apoio. A nossa cara é limpa. Nós temos coerência, temos decência e capacidade de luta. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Para garantir o equilíbrio, pois li a nota da UERGS, leio a nota do Sindicato dos Agentes de Saúde do Rio Grande do Sul (Lê): “Manifesta-se em favor do IMESF, pois os agentes estão, há três anos, em contrato vergonhoso e fazem parte da equipe. E assim estão sem poder prestar concurso público por sua limitação de área. São mais de trezentos trabalhadores”.

O Ver. Nilo Santos está com a palavra.

O SR. NILO SANTOS: Sra. Presidente, Srs. Vereadores, senhores e senhoras que nos acompanham nesta noite; Ver. Pedro Ruas, com todo o respeito e com todo o carinho, mas...

(Manifestações das galerias.)

O SR. NILO SANTOS: Sra. Presidente, eu não vou aceitar esse tipo de falta de educação.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Ver. Nilo Santos, o seu tempo está garantido. Não é possível tratar os Vereadores ou outro cidadão com palavras indecorosas. Vamos respeitar as opiniões, por favor! Não ajuda a democracia e não mudará o voto.

O SR. NILO SANTOS: Sra. Presidente, aqui nesta Casa, e o Ver. Pedro Ruas é testemunha disso, mesmo tendo diferenças ideológicas, nós nos tratamos com respeito e carinho. É assim que funciona a boa democracia e a boa educação também. Ver. Pedro Ruas, quando se trata de denúncias, nós ficamos com um pé atrás, porque muitas denúncias que partiram do senhor mesmo hoje não têm valor algum; foram apenas denúncias vazias, segundo informações da própria imprensa.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. NILO SANTOS: Ver. Pedro Ruas, quando o senhor fala que este Governo já teve tantos atos que justificam a não aprovação pela sua Bancada é um pouco difícil entender a sua preocupação com relação à Saúde. A Fundação não vai gerenciar a Saúde na sua totalidade em Porto Alegre, estamos falando de PSFs, Ver.^a Fernanda Melchionna, e o Sindicato Médico deveria ficar feliz, porque isso vai abrir emprego para médicos que estão aguardando uma oportunidade para poder trabalhar também. A Fundação não vai tirar o emprego de quem trabalha com decência e cumpre com o seu trabalho, e infelizmente a Fundação não atingirá aquele médico ou aquele servidor que trabalha lá no posto, que não cumpre horário. Eles não serão atingidos. Parece-me que o “não à Fundação” é muito mais uma retaliação ao Governo por estar implantando o ponto. É só retaliação, não existe, Ver. Pedro Ruas, nenhum outro argumento. Qual é o argumento que seja sério, fundamentado, para alegar a não implantação de uma Fundação? Qual? Parece-me, e o Simers me desculpe, mas parece-me que o Simers hoje está muito mais preocupado com a instalação do ponto do que com a contratação de outros médicos que querem trabalhar. Infelizmente, Vereadores, senhoras e senhores, estão aqui hoje pessoas das vilas que estão sendo iludidas! E quem tem atendimento nos postos sabe, que, infelizmente, o

médico fica lá... Hoje, nós temos um número “x” de médicos em Porto Alegre, e esse número vai continuar, mas, com a Fundação, esse número de médicos será ampliado, Ver. Pujol! Haverá ampliação no número de médicos para atender as pessoas! Essa retaliação pela instalação do ponto eletrônico não pode acontecer! Não pode acontecer! Quem trabalha está favorável à Fundação! Médicos que trabalham mandam *e-mails* para nós dizendo que têm vergonha de trabalhar com médicos que não trabalham. Gente que trabalha nos postos manda *e-mail* para os nossos gabinetes dizendo que se sentem envergonhados com gente que vai lá, assina um documento e vai para casa ou vai passear no *shopping*. E a população é que sofre com isso. Esse tipo de retaliação não vai ter valor algum. A Bancada do PTB vai votar “sim” à Fundação; a Bancada do PTB vai dizer sim ao maior número de médicos para esta Cidade; a Bancada do PTB está dizendo que quer mais profissionais comprometidos com as pessoas e não com seus próprios interesses. Obrigado.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. PEDRO RUAS: Eu quero dizer uma frase, Sra. Presidente. Eu não ataquei nenhum Vereador, até para não haver direito de resposta. Todas as denúncias que este Vereador e o seu Partido, o PSOL, fizeram foram comprovadas pelo Ministério Público Federal. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Para garantir o equilíbrio, o Ver. Nilo Santos está com a palavra.

O SR. NILO SANTOS: Por questão de justiça, Sra. Presidente: denúncia é denúncia, assim como tenho uma denúncia contra a Ver.^a Fernanda Melchionna por cárcere privado – sequestro e cárcere privado.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. NILO SANTOS: É denúncia apenas! Não é deboche, Ver. Pedro Ruas. Não podemos é tratar denúncia como verdade! Denúncia é denúncia, só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Vereador. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sra. Presidente, primeiro eu gostaria de dizer que todas as atividades político-partidárias do PSOL não só foram comprovadas pelo Ministério Público Federal como a ex-Governadora Yeda segue sendo ré pela aquisição e pela gestão da verba do Detran.

Em segundo lugar, eu tenho muito orgulho, como Vereadora e como militante, de lutar contra a corrupção na frente da casa dela e em qualquer lugar neste Estado, o que deveria ser um dever de todos nós, não só neste Parlamento, mas nesta sociedade. Portanto, eu tenho muito orgulho, e, de fato, o que me deixa abismada é que os que lutam contra a corrupção são os que respondem por processos por lutar por justiça, e aqueles que se calam à corrupção são os que ficam falando por aí.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada. Eu acho que estão colocados os pontos de vista. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra, mas só vamos ligar o cronômetro quando tivermos condições de diálogo. (Pausa.) Quero dizer que a Ver.^a Maristela Maffei não falará pelo PCdoB, porque ela não está na titularidade neste momento, mas como o PCdoB tem posição, a Vereadora se manifestará na votação, conforme sua solicitação. Agradeço o silêncio. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores...

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Estou pausando o tempo mais uma vez. Esta não é a regra da audiência. Não é bate-boca, não é bate-bola. Por favor! Obrigada, pessoal. Vamos ouvir o Ver. Reginaldo Pujol.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, vim a esta audiência pública com um objetivo muito claro. Com um assunto polêmico que toma conta de apaixonadas discussões na sociedade porto-alegrense, eu acreditava que, no dia de hoje, pudesse recolher novas informações, novos elementos que sedimentassem a

minha posição inicial sobre a matéria ou a transformasse em uma nova posição, porque só não muda de posição quem não a tem.

Lamentavelmente, observo – e todos aqui constataam – que nós tivemos um debate altamente passional, e vou me permitir dizer, absolutamente inconsequente. Acho sinceramente que ninguém, entre os Vereadores que integram esta Casa, sai daqui com uma posição modificada pelo que aqui aconteceu; muito antes, pelo contrário, saem com suas posições robustecidas, especialmente porque existe um fato em que as pessoas não querem acreditar porque não vivem a democracia na sua plenitude. Eu quero dizer o seguinte: sou democrata, sou liberal, nunca escondi minhas posições e hoje estou apoiando uma posição...

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Por favor, pessoal! Por favor, não estão contribuindo esses apartes que não respeitam o Vereador na tribuna.

(Manifestações nas galerias.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Presidente, honestamente, eu quero dizer a V. Exa. que não vou pedir por favor para falar de uma tribuna onde o povo me legitimou para falar. Eu sou Vereador eleito por esta Cidade!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Quem não me quiser ouvir que não venha aqui, porque, no momento em que eu não puder falar desta tribuna, foram-se os mandatos parlamentares. Se não gostam de ouvir opiniões divergentes, não venham a esta Casa. Esta não é uma Casa de monossílabo!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Quem quer o aplauso fácil e comprometido errou de endereço, não é aqui!

Eu disse que vim a esta Casa com o objetivo de me aprofundar no debate, de enriquecer os meus conhecimentos a respeito do assunto e que saio frustrado, não consegui nada; vi paixão e mais paixão! Acho que todos têm o legítimo direito de ter posição; agora, repudio, com a maior veemência, aqueles que pensam que vão calar quem quer que seja, nesta Casa, pelo grito e pela agressão. Não conseguirão!

(Manifestações nas galerias.)

O SR. REGINALDO PUJOL: Digo mais: de cima dos meus 71 anos de idade, vou passar um aconselhamento que acho que pode ser útil para várias das pessoas aqui presentes: erram, equivocam-se, “cometem um tiro no pé” aqueles que, vaiando, pensam que vão intimidar os integrantes desta Casa. Ledo engano! Esta Casa é constituída de homens e mulheres suficientemente responsáveis, legitimados pelo voto popular e que não vão se curvar por gritos, ao contrário!

Sra. Presidente, ao mesmo tempo em que a cumprimento – sei que foi dura, foi árdua a sua tarefa neste dia, sei que V. Exa. gostaria que as coisas ocorressem em outro nível -, lamento dizer que todo o seu esforço, que todo o desejo daqueles que lutaram para que ocorresse esta audiência pública ficarão frustrados, porque o que mais predominou aqui não foi diálogo, não foi o debate: foi a tentativa de opressão e de grito, que não haverá de prosperar, porque eu conheço a Casa do Povo, onde milito há vários anos, e aqui ninguém se dobra ao grito, fiquem tranquilos com isso!

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra.

O SR. MAURO ZACHER: Sra. Presidente, integrantes do Executivo, os que aqui estão representando as entidades de classe, senhoras e senhores, muito boa-noite.

Não venho com a pretensão de fazer nenhum tipo de discurso que venha convencer talvez posições bastante certas de ambos os lados, mas venho aqui transmitir um pouco daquilo que a nossa Bancada acha e também dizer aos senhores e senhoras que o debate não se encerra aqui; transgride, ultrapassa esta reunião e que Emendas serão

possíveis de serem apresentadas e que o debate ainda irá, por um longo tempo, até a aprovação deste Projeto.

Agora, nós saímos com algumas certezas desta reunião. Embora alguns possam achar que as audiências públicas não exercem o seu papel, equivocam-se, já que um dos papéis importantes desta Casa é realizar as audiências públicas, porque garantem a participação da população e dos interessados. Então, quero dizer, Presidente e Secretário da Saúde, que é bem possível que o que nós estaremos colocando em votação nos próximos dias não seja o ideal, mas eu tenho outra certeza: é o possível! O que não é possível é que o Município continue executando o PSF da maneira que executa hoje, através de ONGs, fundações; todas deram problema. Quando o Município traz a responsabilidade para si é a garantia de que terá a fiscalização e o olhar público que o Prefeito quer dar ao PSF. A aprovação deste projeto... Calma, meu amigo! Calma, respeito! Escutei todos que estavam aqui...

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Estou garantindo o tempo, Ver. Mauro Zacher, já está parado o cronômetro. Nós vamos esperar que as pessoas respeitem o orador.

O SR. MAURO ZACHER: Talvez não esteja conseguindo – e não tenho esta pretensão – convencer, mas venho aqui expor aquilo que nós estamos pensando neste momento: que o Projeto ainda vai avançar, que aquilo que o Executivo quer fazer é avançar neste processo. É bem possível que não estejamos ainda no ideal, mas no possível. E é por isso que a Bancada do PDT quer continuar debatendo este Projeto, fazendo com que a gente possa aprimorá-lo e garantindo em conjunto, com uma série de iniciativas do Executivo, que nós possamos avançar na Saúde Pública, porque eu tenho certeza de que para o Prefeito Fortunati a Saúde pública é prioridade! E deixem o “Magrão” trabalhar. Valeu!

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Ver. Mauro Zacher, obrigada. O último inscrito é o Ver. João Antonio Dib, que terá o seu tempo contado a partir da tranquilidade de vocês. Não está aqui aberto o debate lateral. Por favor!

O Ver. João Antonio Dib está com a palavra.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Na minha simplicidade, eu sempre afirmei que sou um servidor público municipal por vocação, formação e convicção. Tenho profundo respeito pelos servidores municipais, tanto é verdade que fui Prefeito, e a maioria dos meus Secretários era formada por servidores municipais. Servidor serve, essa é a verdade.

Bem, mas eu sou um sapateiro que não vai além das suas chinelas. Ouvi, com atenção, tudo que falaram, tudo que editaram nos jornais, tudo que disseram nas rádios, e eu me senti agredido e senti que os Vereadores também foram agredidos quando se falava que a Fundação era um cabide de emprego para deleite dos políticos. Não é verdade! Eu não sou um jurista. Não aceito o jurista popular, porque ele pode estar desinformado, e não aceito o jurista médico, porque ele pode ser tendencioso. Tenho absoluta convicção de que, se eu procurar entre os juristas nacionais, vou encontrar muitas coisas dando validade à Fundação. Eu podia falar do Miguel Reale ou da Maria Sylvia Di Pietro, mas prefiro falar da Ellen Gracie, que é quase gaúcha, a família é daqui, que é Ministra do Supremo Tribunal. Ela diz que (Lê.): “O ordenamento jurídico brasileiro contempla três espécies do gênero fundação: aquelas tipicamente privadas, melhor dito, particulares, por não registrar qualquer participação, em sua criação, do Poder Público, regidas exclusivamente pelo Código Civil Brasileiro; aquelas criadas pelo Poder Público e que consignam, no ato de sua instituição, personalidade jurídica de direito público; e finalmente, aquelas que, criadas pelo Poder Público, são instituídas, todavia, como pessoas jurídicas de direito privado”.

Acredito piamente na Fundação, eu tenho um passado que preciso preservar, e preservo, acredito na Fundação. Eu quero ver, não 100 PSFs, quero ver 150, 170, eu quero ver os 200 que estão prometidos. Eu quero que aquela população, que hoje é atendida no PSF, venha aqui falar, de viva voz, o que é o atendimento que eles têm.

Portanto, uma fundação pública de direito privado pode ser, sem dúvida nenhuma, constituída – e alguém já falou, veio o Prefeito de Canoas, aqui, no nosso plenário e falou para todos nós.

(Manifestações nas galerias.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Por favor, eu gostaria de solicitar às pessoas que façam o exercício de escutar o contraditório. Por favor. Não teria necessidade de Audiência Pública se todos pensassem de maneira igual. Então, por favor, vamos escutar.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Eu disse que sou um servidor público municipal, e que servidor serve. Eu não estou aqui para ser servido. Eu acredito naquilo que está sendo afirmado. Eu acredito na fundação pública de direito privado. Eu acredito que nós precisamos votar, sim, e que não houve a pressa que aqui se pretende dizer. O projeto da Fundação foi estudado há bastante tempo na Prefeitura, e vários órgãos que usaram a tribuna hoje também participaram, inclusive o Simers, inclusive o Conselho de Saúde, o Ministério Público e outros órgãos. A Exposição de Motivos diz que participaram; se não participaram, então processem o Prefeito, que assinou o documento. Portanto, eu acho que a solução está na fundação pública de direito privado. Espero que seja votado com a seriedade e a responsabilidade que cada um de nós temos. Saúde e PAZ!

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Não havendo mais nenhuma Bancada inscrita, nós passamos para a última parte da audiência pública, onde nós teremos dez minutos para os representantes do Governo Municipal e dez minutos para as entidades tecerem os seus comentários finais e responderem algumas questões.

A Ver.^a Maria Celeste me lembra, mais uma vez, que hoje teremos uma Audiência mais breve, porque os Vereadores abriram mão de seu tempo de fala para escutar mais pessoas. Estão todos aqui, ouvindo, e apenas um por Bancada pode se manifestar. Então, as Bancadas e os Vereadores estão de parabéns, e eu quero, em nome da Mesa, dizer que isso é um depoimento do respeito que esta Câmara tem para com a população de Porto Alegre.

O Sr. Carlos Henrique Casartelli está com a palavra.

O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI: Prezada Vereadora, primeiro eu gostaria de pedir, principalmente ao pessoal que apoia a Fundação, que fizesse o maior silêncio possível, porque vou ser obrigado a confessar que eu esperava um pouco mais desta Audiência Pública. Eu adoro a democracia, acho que não existe nada mais belo do que a

democracia, mas democracia, para mim, é respeitar as posições diferentes da nossa e é respeitar ouvindo o que as pessoas que pensam diferente de nós têm para dizer. Parece que algumas pessoas aqui gostariam de ter um partido único. Nós já tivemos isso neste País, nós tivemos somente a ARENA, porque o MDB praticamente não existia neste País. Então, democracia é ter divergência de pensamento, é respeitar quem é liberal, quem é neoliberal, quem é esquerda, quem é direita. Eu vou dizer para vocês que eu nem sei mais o que é isso, porque os nossos Partidos políticos – e eu pertenço a um Partido político – estão extremamente parecidos, extremamente parecidos! Este País, inclusive em nível nacional, eu desconheço se tem oposição, hoje, e um país que não tem oposição corre um risco muito grande. A nossa oposição praticamente inexistente. Mas ser democrata é respeitar a opinião dos outros. Eu aprendi isso desde pequeno, quando eu era comunista – eu já tive pensamento comunista quando eu tinha 17, 18 anos e respeito aqueles que se mantêm comunistas durante 30, 40 anos. Mas, quando eu me considerava comunista, eu aprendi a respeitar quem era liberal, quem era neoliberal e quem era de direita. Isso é respeito a um pensamento diferente do nosso.

Eu também gostaria de fazer uma referência: líder, para mim, é o Mandela, que, depois de mais 20 anos preso, saiu da cadeia sem nenhum rancor por ninguém, saiu pregando uma África do Sul igual para todos os africanos, brancos, negros, amarelos, azuis, vermelhos, a cor que fosse. É como ser gremista ou colorado; eu sou colorado, posso torcer contra o Grêmio, mas não tenho nada contra os gremistas.

O Prefeito não veio a este debate, porque pensamos que realmente seria um debate técnico, e não um debate político. Nós viemos aqui discutir tecnicamente a Fundação, e não foi isso o que vi aqui.

Quero salientar os apoios que o Governo teve na Fundação. Tivemos o apoio do COP. Assim como fomos derrotados no Conselho Municipal de Saúde por 27 votos a 2, nós tivemos uma vitória no COP, no Orçamento Participativo de Porto Alegre, de 27 a dois. Nós tivemos o apoio da UAMPA, que representa, na minha opinião, todas as regiões de Porto Alegre, e a UAMPA representa Porto Alegre. Tivemos apoio não explícito, mas tivemos, do Cremers, que disse que a Fundação não tem nada de irregular; tivemos o apoio da Sociedade de Pediatria do Rio Grande do Sul, que inclusive mudou a sua posição no momento em que conheceu melhor o projeto; tivemos o apoio da Sociedade

Gaúcha de Medicina da Família; da Famurs; da Granpal e da Assedisa. Como eu já disse, nós buscamos fazer um debate técnico, e não político.

Nós, o Prefeito Fortunati e a Secretaria, em nenhum momento tivemos qualquer problema de crítica ao servidor público municipal, estatutário, até porque a Secretaria da Saúde, na sua maioria, tanto o Secretário quanto um dos Secretários Adjuntos, são funcionários públicos estatutários. Eu tenho 22 anos de serviço público estatutário. Assim como o Dr. Scorza, também considero que tenho uma história na vida pública desta Cidade.

Quero deixar claro que não somos contra os servidores; o problema não é o ponto eletrônico, que é uma outra discussão que está se fazendo e não tem nada a ver com a Fundação. Nós defendemos, eu defendo o ponto eletrônico seja para estatutários, celetistas, seja para quem for; funcionário público tem obrigação de bater ponto eletrônico. Eu não bato, porque a Secretaria ainda não tem. Quando eu estava no Hospital Presidente Vargas, e eu comecei a implantação do ponto eletrônico, eu batia o ponto eletrônico.

Então, nós não somos contra o servidor público, nós não somos contra nada que diga respeito ao funcionamento do serviço público, e nós achamos que temos a nossa responsabilidade, assim como achamos que o Sindicato também tem. Por exemplo, o Sindisprev claramente se manifestou, no Ministério Público, contra o ponto eletrônico; o Simers se manifestou contra o ponto eletrônico. Eu acho que isso não é um avanço para todos nós que trabalhamos no serviço público.

O maior exemplo citado aqui, numa reunião havida nesta Casa, foi o de Belo Horizonte. Eu vou citar os problemas de Belo Horizonte, e eu já tinha conhecimento, porque havia conversado com o Secretário da Saúde de Belo Horizonte, das dificuldades de Belo Horizonte com relação à Saúde. Belo Horizonte tem, sim, 500 equipes de Saúde da Família, só que ela tem o dobro da população de Porto Alegre; tem 60% de Saúde da Família, sim, só que lá os estatutários não resolveram o problema, e eu também não acho que eles deveriam ter resolvido; acho que é uma questão de gestão, realmente, mas o que disse aqui a Gerente de Saúde de Belo Horizonte, a Dra. Sonia Gesteira Matos, é que lá 36% dos médicos têm contrato de trabalho precário, porque eles não conseguem botar médicos lá nas vilas, eles não conseguem colocar médicos nos locais mais distantes. E 19% dos enfermeiros vinculados à Secretaria Municipal da Saúde de BH têm contrato de trabalho precário, ou seja, contrato temporário de trabalho. Eu sei como

funciona, não é nem processo seletivo, porque o Secretário da Saúde de BH me disse isso. Eles assinaram um TAC com o Ministério Público pelo qual eles podem contratar qualquer profissional na esquina no momento em que faltar médico, sem nenhum processo seletivo. Tem, tem problemas, mas é que foi citado, nesta Casa, como exemplo de Saúde pública. Então, eles têm os problemas deles também. Não é o exemplo para ser seguido.

Com relação à constitucionalidade, eu quero dizer que não temos nenhuma dúvida quanto à constitucionalidade do nosso Projeto. E, quando se lê a Constituição – e não são palavras minhas, mas faço questão de repeti-las –, a Constituição não pode ser lida em tiras, a Constituição tem que ser lida na sua integralidade. Se lermos a Constituição em tiras, nós vamos estar fazendo uma péssima leitura. Assim como, se nós lermos a Constituição e a interpretarmos com o nosso olhar de quem não é um jurista, de quem não é um acadêmico do assunto, nós podemos fazer uma interpretação inadequada.

Com relação à Resolução do Conselho Municipal de Saúde, que é contra a Fundação, eu quero dizer que o Conselho Nacional de Saúde é mais democrático. Está lá na página do Conselho Nacional de Saúde, dito pela Dra. Lenir Santos (Lê.): “O Conselho não pode deliberar que não haverá reforma tributária, da mesma forma que não pode impedir a criação da Fundação. Não quer nos dizer com isso que não deva agir, pois o controle social age sobre qualquer atividade do Sul, seja Fundação, OS, OSCIP, da Administração direta ou de autarquia. Tudo está submetido a ele, mas ele não pode deliberar contra aquilo que está na Constituição.”

Eu vou dizer para vocês que a gente sofre algumas decepções na vida, e eu tenho um grande respeito pelo Conselho Municipal de Saúde, mas ele não fez tudo. Quando o Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul foi invadido, o Conselho Municipal de Saúde não estava lá, porque o Conselho Municipal de Saúde tem 15 anos de existência, e isso foi há mais de 20 anos. O Conselho Municipal de Saúde teve, e eu lamento isso, uma nota publicada no jornal, financiada pelo Simers. E por que é que eu sou contra isso? Porque está aqui a linha. E eu não sou contra os médicos, eu também sou sindicalizado, inclusive no Simpa, no Simers e em outros sindicatos, mas eu não posso aceitar que um sindicato que pertence e que defende uma categoria lance uma revista em que a capa diga “Remuneração em primeiro lugar”. Eu vou dizer que eu sou médico com muito orgulho, e, para mim, em primeiro lugar, está a vida.

Então, eu quero terminar dizendo que defender o SUS é defender o IMESF, porque hoje a Estratégia de Saúde da Família não está na mão do serviço público. Então, o IMESF passa a fazer parte de uma fundação pública. SUS é serviço público de qualidade, é avançar e ser aberto para novas ideias. Fazer um SUS de qualidade é quebrar paradigmas, e é isto que o Governo do Prefeito Fortunati e a Secretaria de Saúde estão tentando fazer: quebrar paradigmas. Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Secretário, pela presença. Foram 12 minutos, e eu concederei os mesmos 12 minutos às entidades que solicitaram a audiência.

O Dr. Derocy Cirillo, Procurador da República, está com a palavra.

O SR. DEROCY CIRILLO DA SILVA: Dirijo-me ao Ver. João Antonio Dib, pelo respeito que tenho pela sua vida pública nesta Casa, e esta direção se dá com a leitura do art. 37, inc. XIX, da Constituição Federal, que diz (Lê.): “Somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;” e não há essa lei complementar. Isso é uma forma também de rebater a ideia de que se está fazendo a leitura da Constituição por tiras. Não há tira a ser olhada. Só esse registro.

Em relação à UERGS, que foi citada aqui como uma fundação pública de direito privado, eu tenho a dizer aos senhores o seguinte: a UERGS foi criada antes desse dispositivo constitucional, porque esse dispositivo foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998. Então, acho que isso é importante.

No que tange ao Supremo Tribunal Federal, foi trazido aqui um recurso extraordinário, foi trazida uma referência de que o Supremo Tribunal Federal tem entendido que há possibilidade. Só quero registrar aos senhores que tramitam no Supremo Tribunal Federal, pelo menos, três ações diretas de inconstitucionalidade do Rio de Janeiro, Alagoas e, se não me engano, da Bahia, tratando exatamente da inconstitucionalidade, e mais, com o parecer da Advocacia-Geral da União, e aí rebatendo também o Secretário, que diz que há juristas médicos, há juristas que não são juristas. Eu digo aos senhores que a Advocacia-Geral da União e o Ministério Público Federal, nessas duas ações, vêm

se manifestando no sentido de que a criação da Fundação como está proposta aqui em Porto Alegre é absolutamente inconstitucional. Uma sugestão: eu acho que, se estamos falando em CPI da Saúde, talvez fosse o caso de se incluir como objeto da CPI – e aí atendendo também aqueles que são contra e os que são a favor da Fundação a discussão sobre as irregularidades que estão sendo anunciadas e denunciadas nos Postos de Saúde e no Programa de Saúde da Família.

E a outra sugestão à Mesa é que encaminhe o inteiro teor desta audiência pública ao Ministério Público Estadual, porque aqui, com certeza, há referência à malversação de recursos públicos a ensejar coisas como ação de improbidade, e ao cidadão, qualquer de nós, uma ação popular contra o Prefeito e aquelas pessoas que, eventualmente, se beneficiaram de recursos sem terem sido prestados os respectivos serviços. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Paulo de Argollo Mendes está com a palavra.

O SR. PAULO DE ARGOLLO MENDES: Eu gostaria, em primeiro lugar, de registrar o imenso e denso silêncio marcado pela ausência do Sr. Prefeito Municipal, que anunciou para a imprensa que viria, mas que não foi capaz de comparecer aqui diante da população de Porto Alegre.

Segundo, um sindicato, por dever constitucional, porque é da estrutura e da finalidade do sindicato, deve defender o salário, a remuneração dos seus sindicalizados.

Quero lamentar a profunda ignorância do Secretário da Saúde, não acredito que seja má-fé, ao ignorar uma coisa tão elementar como quais são os deveres de um sindicato, qualquer sindicato de qualquer categoria.

E aproveito para comentar o argumento ridículo de que se vai fazer uma fundação para controlar ponto de médico. Para começar, os médicos da medicina de família há muitos anos batem o ponto, e com o dedão, há muitos anos. Isso é uma falácia, uma mentira, é um argumento vazio! Se fosse essa a verdadeira causa de se criar uma fundação, e não flexibilizar o dinheiro que vai ser usado, como nós já ouvimos aqui, se fosse essa a causa, tinha-se que transformar a Prefeitura numa grande fundação, numa única fundação, porque o Prefeito não é capaz de controlar o ponto se não houver um registro, não é

capaz de controlar o trabalho se não houver o registro do cartão de ponto. Justamente onde existe esse registro é nos médicos de família, em toda equipe da medicina de família. Nós estamos, hoje, dando mais um grande passo no sentido da defesa do Sistema Único de Saúde. Continuarão os ataques, continuarão aqueles que, no passado, se disseram defensores do SUS, até aqueles que se disseram comunistas continuarão atacando o SUS. E nós estamos aqui defendendo com mais uma vitória. A primeira grande vitória de hoje foi nós termos conseguido esta Audiência Pública, termos conseguido dar voz à população, o que estava sendo escamoteado, escondido, o que estava sendo colocado em segundo plano pela Prefeitura, que tentou passar esse Projeto sem que a população ficasse sabendo. Quero pedir a imediata retirada do regime de urgência urgentíssima. Esse debate precisa continuar, e a população precisa ter a oportunidade de se pronunciar e de discutir aprofundadamente isso. E, por fim, para concluir, quero parabenizar esta Casa pela CPI da Saúde. Finalmente, vai se lançar luz sobre muitas das coisas que acontecem nessa Secretaria. Essa equipe, que era do Secretário que foi assassinado – continua sendo a mesma equipe -, tem muito que explicar para essa população, tem muito que dizer a respeito do dinheiro público. É muito bom que tenhamos uma CPI que lance alguma luz sobre esses escaninhos escuros da Secretaria Municipal da Saúde. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): As entidades ainda têm quatro minutos para equiparar aos 12 minutos da manifestação do Governo. Então, chamo a Maria Letícia de Oliveira Garcia, Coordenadora do Conselho Municipal da Saúde, para fazer uso da palavra.

A SRA. MARIA LETÍCIA GARCIA: Eu não posso deixar de me manifestar com relação à consideração feita pelo Sr. Secretário da Saúde, Carlos Casartelli, – com todo o respeito que lhe devo e tenho – com relação ao episódio da ocupação do PAM-3. Secretário, o processo de construção do SUS é um processo. Antes de o Conselho ser Conselho, chamava-se CIMS – Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde –, que, forjada no processo de participação da comunidade, deu, sim, origem ao Sistema Único de Saúde, esse que tem o Conselho Municipal da Saúde como guardião de seus princípios.

A outra questão que eu queria levantar aqui é que temos um apelo a fazer. E o apelo se dá no sentido de solicitar que o Projeto seja retirado da pauta de discussão, que se amplie a discussão, buscando o fortalecimento do que já existe na estrutura da Secretaria da Saúde, discutindo os problemas em toda a sua profundidade e complexidade que sabemos existir. E vamos além porque entendemos que o Estado Brasileiro, portanto, o Município de Porto Alegre, os Vereadores desta Casa, os Deputados Estaduais, o Governador, os Deputados Federais e a Presidenta da República têm uma dívida com o povo brasileiro, que é a implementação do SUS para todos, assim como foi concebido na Constituição – que todos chamamos de Cidadã -, público e universal.

E, para tanto, o Conselho Municipal de Saúde está à disposição para fazer essa construção, porque é lá que se dá o debate da Saúde, com todo o respeito e reconhecimento que esta Cidade tem com relação ao Orçamento Participativo, mas é no Conselho de Saúde que se discute saúde, e é o Conselho de Saúde que tem essa atribuição, que é constitucional e que está na Lei desta Casa e deste Município. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Com a palavra o Sr. Claudio Augustin.

O SR. CLAUDIO AUGUSTIN: Continuando o debate, as Prefeituras não estão fazendo a Fundação porque querem; estão sendo obrigadas.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Cláudio, só um minuto, porque há pessoas questionando o tempo. Pessoal, eu marquei 10 minutos no cronômetro, terminou agora há pouco. Estou concedendo mais dois minutos; foram 12 minutos da fala do Secretário Casartelli, então são os dois minutos que o Cláudio tem.

O SR. CLAUDIO AUGUSTIN: Recolocando, as fundações estão sendo feitas por determinação legal, não por vontade própria. Foi dito nesta tribuna que saiu daqui a fundação do GHC. É mentira! A fundação pública de direito privado foi feita pelo Decreto nº 200 da ditadura militar. É ali que é a origem. Para quê? Para burlar o concurso público e ter uma ação de política do gestor da época: ditadura militar. Afirmar que há posições do Supremo Tribunal defendendo as fundações não é verdade. Existem fundações, sim,

pág. 68

desta natureza, e várias no Rio Grande do Sul – elas existem, foram constituídas quando era possível constituí-las. Hoje, essas fundações não têm base legal. Vamos esquecer a Constituição Federal, vamos esquecer! Lá, é claro: não pode. Vamos pegar a Lei Orgânica de Porto Alegre. Lá diz, no art. 33, que o regime jurídico dos servidores públicos da Administração Centralizada do Município, das autarquias e fundações por ele instituídas será único e estabelecido em estatuto. Quem está dizendo isso é a Lei Orgânica de Porto Alegre que os Vereadores juraram respeitar. Eu peço respeito à Lei Orgânica de Porto Alegre! Obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Secretário Casartelli se sentiu atingido pela fala do Presidente Argollo, e eu gostaria da compreensão deste plenário para concedermos um minuto a ele, pois acho que foi muito importante que o Governo tenha estado aqui nos escutando. Para tanto, continuo contando com a colaboração de todos vocês.

O SR. CARLOS HENRIQUE CASARTELLI: Eu me senti, sim, atingido pelas palavras do Dr. Argollo, primeiro porque ele me conhece e sabe que eu não sou ignorante; pelo contrário, eu sei muito bem qual é a função de um sindicato. Defender a remuneração da categoria é uma das suas funções, mas dizer que a remuneração está em primeiro lugar não é uma das suas funções.

Agora, também considero que seja ignorância e não má-fé dizer que o patrimônio da Fundação que nós estamos criando pode ser vendido. Eu também posso considerar que isso é ignorância, e não má-fé.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Eu gostaria, por fim, de agradecer a presença de todos; afirmar que, assim como vocês não admitem generalizações em relação aos médicos ou aos servidores que não cumpram o seu horário, eu não aceitarei generalização de que esta audiência não contribuiu. Algumas pessoas não conseguiram se conter, mas a maioria do público aqui presente está de parabéns. E podem ter certeza de que milhares de pessoas acompanharam esta Audiência pela televisão, pelo rádio, e que ela fará história, talvez não no momento pontual, mas na democracia deste País, que precisa de vivência para ser aprimorada.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
Audiência Pública 03FEV2011
Pauta: Debate sobre o PLE nº 053/10

Muito obrigada pela presença de todos, e esta Câmara, de forma muito séria e consequente, tomará as decisões que espero sejam as melhores para a Saúde da cidade de Porto Alegre. Um grande abraço a todos. Estão encerrados os trabalhos da presente audiência pública.

(Encerra-se a reunião às 22h44min.)